



EXAME CFC
SIMULADO GERAL 05
COMENTADO



LISTA DE QUESTÕES

1. Os livros contábeis razão, caixa e diário permitem, em seu conjunto,

- a) demonstrar lucros e prejuízos do exercício.
- b) atender a normas legais relativas à tributação.
- c) verificar a liquidez da entidade.
- d) tomar decisões e manter o controle financeiro e patrimonial.
- e) fornecer informações precisas à direção da entidade.

Resolução:

Segundo Adriano (p. 2, 2016), o objetivo da Contabilidade é o controle do patrimônio, que é realizado por meio de lançamentos contábeis nos livros diário e razão.

Dessa forma, os livros contábeis razão, caixa e diário permitem, em seu conjunto, **tomar decisões e manter o controle financeiro e patrimonial da entidade.**

Demais alternativas:

- a) demonstrar lucros e prejuízos do exercício.
- c) verificar a liquidez da entidade.
- e) fornecer informações precisas à direção da entidade.

ERRADO: Essas análises somente são possíveis de serem realizadas por meio das demonstrações contábeis, e não pelos livros contábeis.

b) atender a normas legais relativas à tributação.

ERRADO: os livros contábeis razão, caixa e diário não atendem, em sua totalidade, as exigências das normas tributárias, sendo necessários ajustes e outros livros que complementem a fiscalização do determinado tributo. temos como exemplo a utilização do LALUR, o livro fiscal do IRPJ.

Gabarito: D.

2. Em uma empresa, uma despesa pode ser gerada

- a) pela redução das reservas de lucros para aumento do capital social.
- b) pelo aumento de uma aplicação financeira avaliada a valor justo.
- c) pelo pagamento a fornecedores.
- d) pelo reconhecimento de ajuste de perdas de estoques.
- e) pela aquisição de um veículo à vista.

Resolução:

O CPC 00 - Estrutura Conceitual para Elaboração e Divulgação de Relatório Contábil-Financeiro traz a definição de despesa e os critérios para seu reconhecimento. Vejamos o que ele diz:

4.33. A definição de despesas abrange tanto as perdas quanto as despesas propriamente ditas que surgem no curso das atividades usuais da entidade. As despesas que surgem no curso das atividades usuais da entidade incluem, por exemplo, o custo das vendas, salários e depreciação. Geralmente, tomam a forma de desembolso ou redução de ativos como caixa e equivalentes de caixa, estoques e ativo imobilizado.

4.49. As despesas devem ser reconhecidas na demonstração do resultado quando resultarem em decréscimo nos benefícios econômicos futuros, relacionado com o decréscimo de um ativo ou o aumento de um passivo, e puder ser mensurado com confiabilidade. Isso significa, na prática, que o reconhecimento da despesa ocorre simultaneamente com o reconhecimento de aumento nos passivos ou de diminuição nos ativos (por exemplo, a alocação por competência de obrigações trabalhistas ou da depreciação de equipamento).



Dessa forma, podemos resolver a questão. Vamos lá:
Em uma empresa, uma despesa pode ser gerada

- a) pela redução das reservas de lucros para aumento do capital social. **Errado**
A redução das reservas de lucro corresponde a uma mutação qualitativa (fato permutativo) que ocorre no patrimônio da entidade. Tem-se uma redução da Reserva de Lucro pelo lançamento de um débito e aumento da conta Capital Social por meio de um crédito, não havendo envolvimento de contas de receita ou de despesa.
- b) pelo aumento de uma aplicação financeira avaliada a valor justo. **Errado**
Um aumento de aplicação financeira corresponde a um evento de reconhecimento de receita, pois houve uma valorização no valor da aplicação objeto da avaliação a valor justo. Dessa forma, temos um lançamento a débito da conta Aplicações Financeiras e o crédito no resultado do exercício, à conta de Receitas Financeiras.
- c) pelo pagamento a fornecedores. **Errado**
Pagamento de fornecedores gera uma mutação patrimonial qualitativa (fato permutativo) que ocorre entre contas do balanço patrimonial. Tem-se uma redução da conta Fornecedores por meio de um débito e a diminuição da conta Caixa ou Bancos pelo crédito correspondente ao pagamento.
- d) pelo reconhecimento de ajuste de perdas de estoques. **Correto**
O reconhecimento de perdas no estoque, pela atualização do seu custo histórico (custo ou valor realizável líquido, dos dois o menor) o que equivale, nesse caso, ao Impairment Test (Teste de Recuperabilidade), gera um lançamento a débito de Despesa com Perda do Estoque, no resultado do exercício, a crédito da conta Estoque, no Balanço Patrimonial.
- e) pela aquisição de um veículo à vista. **Errado**
Aquisição de um veículo gera uma mutação patrimonial qualitativa (fato permutativo) que ocorre entre contas do balanço patrimonial. Tem-se uma redução da conta Caixa ou Bancos por meio de um crédito, devido ao pagamento efetuado, e o aumento da conta Veículos, pelo débito correspondente à aplicação do recurso.

Gabarito: D.

3. O lançamento a seguir relaciona-se a um empréstimo contraído pela empresa Alfa junto ao banco Dinheiro.

**D – Bancos c/ movimento.....R\$ 19.000
D – Despesas financeiras a vencerR\$ 1.000
C – EmpréstimosR\$ 20.000**

No que se refere a essas informações e à operação de empréstimo, é correto afirmar que

- a) a empresa pagará juros de R\$ 1.000 no vencimento da operação.
b) a importância de R\$ 20.000 foi liberada para a empresa na contratação do empréstimo.
c) o banco cobrou antecipadamente os juros correspondentes ao empréstimo.
d) as despesas financeiras a vencer representam uma obrigação da empresa para com o banco.
e) a empresa recebeu R\$ 19.000 na contratação do empréstimo e receberá R\$ 1.000 no vencimento da operação.

Resolução:

No lançamento hipotético apresentado, houve a contratação de um empréstimo no valor total de R\$ 20.000, dos quais R\$ 1.000 correspondem a juros da operação. Assim, houve a entrada na

conta Bancos Conta Movimento no valor de R\$ 19.000. A contrapartida dessa operação ocorreu com o reconhecimento de R\$ 20.000 na conta Empréstimos.

No lançamento, quando o examinador utiliza a conta “**Despesas Financeiras A VENCER**”, refere-se a uma conta de adiantamento do pagamento de juros, pois ainda não chegou na data de vencimento da operação, na qual o tomador do empréstimo deverá quitar o valor deste, mas já houve o pagamento das despesas a título de juros, como um pagamento adiantado. Essa conta será registrada como **RETIFICADORA da conta Empréstimos**, que está situada no Passivo Exigível.

Agora, vamos analisar as alternativas:

a) a empresa pagará juros de R\$ 1.000 no vencimento da operação.

ERRADO. A empresa já incorreu no pagamento dos juros.

b) a importância de R\$ 20.000 foi liberada para a empresa na contratação do empréstimo.

ERRADO. Fora liberada, para a empresa, como valor efetivamente disponível, a importância de R\$ 19.000.

c) o banco cobrou antecipadamente os juros correspondentes ao empréstimo.

CERTO. Conforme explicado acima, a empresa adiantou o pagamento dos juros referentes à operação, sendo esse pagamento registrado como retificação da conta Empréstimos.

d) as despesas financeiras a vencer representam uma obrigação da empresa para com o banco.

ERRADO. As Despesas Financeiras a Vencer representam o pagamento adiantado, retificando o valor do montante recebido no empréstimo.

e) a empresa recebeu R\$ 19.000 na contratação do empréstimo e receberá R\$ 1.000 no vencimento da operação.

ERRADO. A empresa não receberá os R\$ 1.000 no vencimento da operação pois este valor representa o custo da disponibilidade do capital, cujo direito de recebimento é conferido para a entidade que emprestou o montante e não para aquela que tomou o empréstimo.

Gabarito: C.

4. A aquisição de um bem à prazo:

- a) Não altera o total do Ativo.
- b) Aumenta o total do Ativo.
- c) Aumenta o Patrimônio Líquido.
- d) Aumenta o total do Passivo e diminui o caixa.
- e) Diminui o caixa e o total do Ativo.

Resolução:

Questão simples, sobre lançamentos contábeis envolvendo aquisição de um bem a prazo. Ao comprarmos um bem qualquer a prazo, seja estoque ou uma máquina para produção, estaremos aumentando o nosso ativo ao passo que aumentaremos o nosso passivo. Vejamos como ficaria o lançamento de aquisição de um veículo a prazo, no valor de R\$ 30.000,00, sem considerações de juros, para facilitar o lançamento, visto que mesmo que os consideremos, não iria afetar o resultado no reconhecimento inicial. Teríamos assim:

D - Ativo Imobilizado - Veículos	30.000,00
C - Passivo Não circulante - Exigível a Longo Prazo - Contas a Pagar	30.000,00

Nesse caso, temos apenas **lançamentos em contas patrimoniais, de ativo e passivo**, não afetando o patrimônio líquido da empresa. Vamos as alternativas.

a) Não altera o total do Ativo. Errado.

Há alteração do ativo, pois estamos incorporando um bem ao nosso patrimônio.

b) Aumenta o total do Ativo. Correto.

O total do nosso ativo irá aumentar em 30.000,00, ao passo que o passivo também irá aumentar em igual valor.

c) Aumenta o Patrimônio Líquido. Errado.

Não ocorre movimentação no patrimônio líquido, pois não há lançamentos de contas desse grupo e nem de contas de receitas.

d) Aumenta o total do Passivo e diminui o caixa. Errado.

Temos sim aumento do passivo, porém temos, como consequência, aumento do ativo pela incorporação do Bem. Teríamos diminuição do caixa caso tivéssemos efetuado a compra à vista, caso em que o nosso patrimônio permaneceria inalterado, pela diminuição do caixa e aumento do patrimônio pela incorporação do veículo, no mesmo valor.

e) Diminui o caixa e o total do Ativo. Errado.

Não envolve a conta caixa, pois não houve saída de numerário para compra do bem. Há aumento do ativo pela incorporação do veículo.

Gabarito: B.

5. Sobre os fatos mistos aumentativos, aponte a afirmativa correta.

- a) São fatos que envolvem duas ou mais contas patrimoniais e uma ou mais contas de receitas, aumentando o Patrimônio Líquido.
- b) São fatos que envolvem uma conta patrimonial e uma ou mais contas de receitas, aumentando o Patrimônio Líquido.
- c) São fatos que envolvem uma ou mais contas patrimoniais e uma conta de despesa, aumentando o Patrimônio Líquido.
- d) São fatos que envolvem uma ou mais conta patrimonial e uma ou mais contas de despesa, diminuindo o Patrimônio Líquido.

Resolução:

A questão trata da classificação dos fatos contábeis em permutativos, modificativos e mistos. Fato contábil permutativo é aquele em que ocorre uma permutação entre contas patrimoniais (ativo, passivo e patrimônio líquido) e não alteram a situação líquida patrimonial. Os fatos modificativos são aqueles que envolvem, necessariamente, contas de receita ou despesas e uma conta patrimonial, alterando a situação líquida da empresa para mais (fato modificativo aumentativo) ou para menos (fato modificativo diminutivo). O **fato misto** é quando ocorre, **ao mesmo tempo, um fato permutativo e um fato modificativo**, podendo ser classificado em aumentativo ou diminutivo.

Vejamos as alternativas:

Sobre os fatos mistos aumentativos, aponte a afirmativa **correta**.

- a) São fatos que envolvem duas ou mais contas patrimoniais e uma ou mais contas de receitas, aumentando o Patrimônio Líquido. Correto**

Para ser um fato misto aumentativo, necessariamente temos que ter o lançamento em duas contas ou mais contas patrimoniais e pelo menos uma conta de receita, aumentando assim o patrimônio líquido.

- b) São fatos que envolvem uma conta patrimonial e uma ou mais contas de receitas, aumentando o Patrimônio Líquido. Errado**

Esse é um **fato modificativo aumentativo**, visto que envolve apenas uma conta patrimonial.



c) São fatos que envolvem uma ou mais contas patrimoniais e uma conta de despesa, aumentando o Patrimônio Líquido. **Errado**

Esse é um **fato misto diminutivo**, pois envolve conta de despesa e uma ou mais contas patrimoniais, diminuindo o saldo do patrimônio líquido.

d) São fatos que envolvem uma ou mais conta patrimonial e uma ou mais contas de despesa, diminuindo o Patrimônio Líquido. **Errado**

Esse é um **fato misto diminutivo**, pois envolve uma ou mais contas de despesa e uma ou mais contas patrimoniais, diminuindo o saldo do patrimônio líquido.

Gabarito: A.

6. O regime contábil da competência no processo de escrituração determina que a Demonstração do Resultado do Exercício apresente aos seus usuários algumas informações em que:

- 1. receitas e rendimentos ganhos no período sejam independentes da sua realização em moeda.**
- 2. obrigações de pagamentos, como, por exemplo, uma compra de mercadoria a prazo, sejam reconhecidas quando forem geradas.**
- 3. as receitas a prazo sejam reconhecidas no seu recebimento, por causa dos devedores.**
- 4. a receita de venda seja contabilizada por ocasião da transferência dos riscos e benefícios.**

Assinale a alternativa correta.

- a) Somente o item 2 é verdadeiro.
- b) Somente os itens 1 e 3 são verdadeiros.
- c) Somente os itens 3 e 4 são verdadeiros.
- d) Somente os itens 1, 2 e 4 são verdadeiros.
- e) Os itens 1, 2, 3 e 4 são verdadeiros.

Resolução:

O regime contábil da competência serve para identificar receitas e despesas mesmo que ainda não tenham sido recebidas ou pagas, respectivamente, mas que por meio do seu fato gerador, devem ser lançadas nas operações.

1. receitas e rendimentos ganhos no período sejam independentes da sua realização em moeda.

CERTO. As receitas e os ganhos no período não precisam ser recebidos para que sejam contabilizados, mas apenas seu fato gerador tenha ocorrido, conforme mencionado.

2. obrigações de pagamentos, como, por exemplo, uma compra de mercadoria a prazo, sejam reconhecidas quando forem geradas.

CERTO. Gerado quer dizer fato gerador. Portanto, independente do pagamento, se a despesa foi gerada (seu FG ocorreu), deve ser reconhecida.

3. as receitas a prazo sejam reconhecidas no seu recebimento, por causa dos devedores.

ERRADO. Não será apenas no recebimento, mas sim quando da ocorrência do seu fato gerador.

4. a receita de venda seja contabilizada por ocasião da transferência dos riscos e benefícios.

CERTO. Com as transferências de riscos e benefícios na venda de uma mercadoria, como de exemplo, há ocorrência do FG da venda e a receita deve ser reconhecida.

Gabarito: D.

7. A Cia. Pen revende canetas. Em 31/12/2016, a empresa possuía em seu estoque 20 unidades de canetas azuis, que foram compradas por R\$ 10,00 e 30 unidades de canetas vermelhas, que foram compradas por R\$ 16,00.



Nessa data, as canetas azuis e vermelhas são vendidas por R\$ 14 cada.

O valor do estoque total da Cia. Pen, em 31/12/2016, deve ser de

- a) R\$ 500.
- b) R\$ 620.
- c) R\$ 680.
- d) R\$ 700.
- e) R\$ 760.

Resolução:

Observe que a questão quer saber o valor das canetas reconhecidas no balanço patrimonial. Com efeito, precisamos reconhecer os critérios de **mensuração**. Conforme o CPC 16:

CPC 16 9. Os estoques, objeto desta Norma, devem ser mensurados pelo **valor de custo** ou pelo **valor realizável líquido, dos dois o menor**.

Vejamos o valor de cada caneta e sua respectiva mensuração:

Caneta Azul	Caneta Vermelha
<i>Valor de custo = R\$ 10,00</i>	<i>Valor de custo = R\$ 16,00</i>
<i>Valor realizável líquido = R\$ 14,00</i>	<i>Valor realizável líquido = R\$ 14,00</i>

Assim, os menores valores unitários para mensuração das canetas é de **10,00** para a **azul**, e de **14,00** para as **vermelhas**.

Valor total do estoque:

- **Caneta Azul:** $10 \times 20 = 200$
- **Caneta Vermelha:** $14 \times 30 = 420$

Valor *FINAL* do estoque total da Cia. Pen: $200 + 420 = 620$.

Gabarito: B.

8. A Comercial S, que controla seu estoque pelo método do inventário temporário, apresentou as seguintes informações, em reais, com relação à movimentação de mercadorias, em janeiro/2018:

Compra de mercadorias	50.000,00
Desconto incondicional obtido	10.000,00
Estoque final de mercadorias	15.000,00
Estoque inicial de mercadorias	25.000,00
Fretes sobre as compras	5.000,00

Considerando as informações recebidas e as práticas contábeis vigentes, o custo das mercadorias vendidas da Comercial S em janeiro/2018, em reais, é

- a) 45.000,00
- b) 50.000,00
- c) 55.000,00
- d) 60.000,00
- e) 65.000,00

Resolução:

Segundo Osni Moura, o **método do inventário temporário ou periódico** é aquele em que as empresas passam a elaborar o inventário físico das mercadorias existentes em estoque somente no final de um período que normalmente corresponde a um ano. Assim, o Resultado da Conta Mercadorias (resultado bruto do exercício), por este sistema, só será conhecido no final desse período.

A questão solicita o valor do CMV por esse sistema de inventário, então vejamos:

Compra de mercadorias	50.000
(-) Desconto incondicional obtido	10.000
Fretes sobre as compras	5.000
(=) Compras Líquidas	45.000
Estoque inicial de mercadorias	25.000
(-) Estoque final de mercadorias	15.000
(=) CMV	55.000

Gabarito: C.

9. A comercial W apresentou, em reais, as seguintes informações referentes a janeiro/2018:

Compras a prazo	600.000,00
Despesas operacionais	130.000,00
Estoque final	50.000,00
ICMS sobre vendas a prazo	36.000,00
ICMS sobre vendas à vista	144.000,00
Imposto sobre compras	108.000,00
Vendas a prazo	200.000,00
Vendas à vista	800.000,00

Considerando exclusivamente as informações recebidas e as determinações da legislação societária, o lucro bruto da comercial W, em janeiro, em reais, é

- a) 248.000,00
- b) 378.000,00
- c) 656.000,00
- d) 690.000,00
- e) 820.000,00

Resolução:

Aqui basicamente temos que montar a estrutura da DRE e chegar até o **lucro bruto**, no entanto, devemos antes encontrar o **valor relativo ao CMV**, cuja fórmula se encontra abaixo:

$$CMV = \text{Estoque Inicial} + \text{Compras Líquidas} - \text{Estoque Final}$$

$$CMV = 0 + (600.000 - 108.000) - 50.000$$

$$\boxed{\mathbf{CMV = 442.000}}$$

Passamos ao cálculo da **DRE**:

Vendas do período (vista e a prazo):	1.000.000
(-) ICMS sobre vendas (vista e a prazo)	(180.000)
(=) Receita líquida de vendas	820.000
Custo das Mercadorias Vendidas:	(442.000)
(=) Lucro Bruto	378.000

Portanto, o Resultado Bruto (em R\$) foi de **378.000**

Gabarito: B.

10. Uma sociedade empresária apresentou em 2016 um total de ativos no valor de R\$ 1.650.000,00 e um total de passivos (circulantes e não circulantes) no valor de R\$ 1.350.000,00. Em 2017, em R\$, os ativos da sociedade aumentaram 10% e os passivos aumentaram 8%. Logo, em 31.12.2017, o patrimônio líquido da entidade

- a) aumentou 2% em relação a 2016.
 b) não aumentou e nem diminuiu em relação a 2016.
 c) correspondeu, em R\$, a 346.000,00.
 d) aumentou menos de 2% em relação a 2016.
 e) correspondeu, em R\$, a 357.000,00.

Resolução:

Aqui temos que fazer as operações exigidas pelo enunciado em cada ano. Vejamos

1) 2016: temos os seguintes valores

- **Ativo** = 1.650.000
- **Passivo** = 1.350.000
- **PL** = ?

Usando a equação do patrimônio, o PL será:

$$\text{Ativo} = \text{Passivo} + \text{PL}$$

$$1.650.000 = 1.350.000 + \text{PL}$$

$$\text{PL} = \mathbf{300.000}$$

2) 2017: nesse ano houve variação percentual nos valores do ativo e do passivo:

- **Ativo**: $1.650.000 \times 1,1 = \mathbf{1.815.000}$
- **Passivo**: $1.350.000 \times 1,08 = \mathbf{1.458.000}$
- **PL** = ?

Usando novamente a equação do patrimônio, o PL será:

$$1.815.000 = 1.458.000 + \text{PL}$$

$$\text{PL} = \mathbf{357.000}$$

3) Variação percentual do PL no período

$$\text{PL \%} = 357.000 / 300.000 = 1,19 \text{ ou } 19\%$$

Alternativas:

a) aumentou 2% em relação a 2016.

ERRADO: houve aumento apenas em 2017 e esse valor correspondeu a 19%, conforme item 3 acima.

b) não aumentou e nem diminuiu em relação a 2016.

ERRADO: o aumento correspondeu a 19% em relação a 2016, conforme item 3 acima.

c) correspondeu, em R\$, a 346.000,00.

ERRADO: o valor em 2017 foi de 357.000,00, nos termos do item 2 acima

d) aumentou menos de 2% em relação a 2016.

ERRADO: houve aumento apenas em 2017 e esse valor correspondeu a 19%, conforme item 3 acima

e) correspondeu, em R\$, a 357.000,00.

CERTO: vide cálculos do item 2 da resolução.

Gabarito: E.

11. Uma entidade contrata, em 31/12/2016, uma empresa de consultoria jurídica para o fornecimento de atualizações referentes a legislações tributárias até o final de 2017, pagando-lhe R\$1.200 no ato da contratação. Nessa ocasião, o registro contábil da operação causou:



- a) um aumento no Ativo Circulante e no Patrimônio Líquido da empresa de consultoria.
- b) uma redução líquida no Ativo Circulante da entidade contratante.
- c) uma redução no Patrimônio Líquido da entidade contratante.
- d) um aumento no Passivo Circulante da entidade contratante.
- e) um aumento no Passivo Circulante da empresa de consultoria.

Resolução:

Uma entidade contrata, em 31/12/2016, uma empresa de consultoria jurídica para o fornecimento de atualizações referentes a legislações tributárias até o final de 2017, pagando-lhe R\$1.200 no ato da contratação.

No ato da contratação, a consultoria tem uma obrigação, que é a de prestar o serviço. Logo, ela tem uma obrigação para com o cliente.

Gabarito: E.**12. Não estão sujeitos ao regime de depreciação, EXCETO**

- a) bens móveis de natureza cultural, tais como obras de arte, antiguidades, documentos, bens com interesse histórico, bens integrados em coleções, entre outros.
- b) bens de uso comum que absorveram ou absorvem recursos públicos, considerados, tecnicamente, de vida útil indeterminada.
- c) animais utilizados na prestação de serviços.
- d) animais que se destinam à exposição e à preservação.
- e) terrenos rurais e urbanos.

Resolução:

A Depreciação é a redução do valor dos bens tangíveis pelo desgaste ou perda de utilidade por uso, ação da natureza ou obsolescência

A questão trouxe as disposições da NBC T 16.9 - Depreciação, vejamos:

12. Não estão sujeitos ao regime de depreciação:

- (a) bens móveis de natureza cultural, tais como obras de artes, antiguidades, documentos, bens com interesse histórico, bens integrados em coleções, entre outros;
- (b) bens de uso comum que absorveram ou absorvem recursos públicos, considerados tecnicamente, de vida útil indeterminada;
- (c) animais que se destinam à exposição e à preservação;
- (d) terrenos rurais e urbanos

Portanto, ***os animais utilizados na prestação de serviços estão sujeitos ao regime de depreciação.***

Gabarito: C.**13. Uma indústria adota o método linear quanto à depreciação de sua única máquina, adquirida por R\$ 100.000,00, com vida útil estimada de 10 anos e valor residual de 10%. O valor da depreciação acumulada e o valor contábil desta máquina no terceiro ano após a aquisição são, respectivamente,**

- a) R\$ 30.000,00 e R\$ 70.000,00.
- b) R\$ 27.000,00 e R\$ 73.000,00.
- c) R\$ 30.000,00 e R\$ 100.000,00.
- d) R\$ 20.000,00 e R\$ 80.000,00.
- e) R\$ 30.000,00 e R\$ 60.000,00.

Resolução:

A questão fornece os seguintes valores:



- *Custo de aquisição = 100.000*
- *Vida útil = 10 anos*
- *Valor residual = 10.000 (10% do custo de aquisição).*
- *Vida útil utilizada = 3 anos*

A questão também pede os valores referentes à **depreciação acumulada** e ao **valor contábil** após 3 anos, senão vejamos:

Depreciação acumulada:

$$\text{Depreciação} \Rightarrow (100.000 - 10.000/10 \text{ anos}) \times 3 \text{ anos} = 27.000$$

Valor contábil:

$$\text{Valor Contábil} \Rightarrow 100.000 - 27.000 = 73.000$$

Gabarito: B.

14. A Cia. das Tintas apresentava, em seu balanço patrimonial de 31/12/2017, um ágio derivado de expectativa de rentabilidade futura, cujo valor contábil era R\$ 880.000,00 e composto por:

Custo: R\$ 990.000,00.

Perda por desvalorização reconhecida (em 2016): R\$ 110.000,00.

Em 31/12/2017, a Cia. realizou o teste de recuperabilidade do ágio (teste de "impairment") e obteve as seguintes informações:

- **Valor em uso: R\$ 1.050.000,00.**
- **Valor justo líquido de despesas de venda: R\$ 830.000,00.**

Com base nessas informações, o valor que a Cia. das Tintas apresentou em seu Balanço Patrimonial de 31/12/2017 para este ativo (ágio) foi, em reais,

- a) 880.000,00.
- b) 1.050.000,00.
- c) 830.000,00.
- d) 990.000,00.
- e) 770.000,00.

Resolução:

Nesse tipo de questão, é interessante seguir a seguinte lógica para a sua resolução:

1) Calcular o valor contábil:

Valor contábil é o montante pelo qual o ativo está reconhecido no balanço depois da dedução de toda respectiva depreciação, amortização ou exaustão acumulada e ajuste para perdas.

A questão fornece um ágio derivado de expectativa de rentabilidade futura (Goodwill) com valor contábil em 31/12/17 e pede um teste de recuperabilidade em 31/12/2017.

Como a data do valor contábil do Goodwill e do teste de recuperabilidade se **coincidiram**, podemos dizer que **não haverá amortização**.

Portanto, o seu valor contábil será de **880.000** em **31/12/2017**.

2) Calcular Valor recuperável:

Valor recuperável de um ativo ou de unidade geradora de caixa é o **maior montante** entre o seu valor justo líquido de despesa de venda e o seu valor em uso

- **Valor em uso: R\$ 1.050.000,00.**
- **Valor justo líquido das despesas de venda: R\$ 830.000,00.**



Logo, o valor recuperável desse ativo será de **1.050.000** (Valor em uso)

3) Aplicação do teste

O teste de recuperabilidade consiste em comparar o valor contábil com o seu respectivo valor recuperável.

Valor recuperável > Valor contábil = Não haverá lançamento de perda; apenas reverte-se a perda, caso exista, até:

- 1) O limite do valor de custo
- 2) Limite das perdas reconhecidas.

EXCEÇÃO: ágio por expectativa de rentabilidade futura (Goodwill) = não haverá reversão.

Valor recuperável < Valor contábil = Lançará uma perda pela diferença;

Observe que o **valor recuperável supera o valor contábil em 170.000**. Poderemos efetuar uma reversão **de até 110.000**, uma vez que há 110.000 de perdas acumuladas de períodos anteriores reconhecida.

No entanto, o ativo intangível em questão é o **Goodwill**, e nesse intangível **não é possível** a reversão das perdas reconhecidas de anos anteriores. Assim, **o valor contábil dele permanecerá em 880.000**.

CPC 01 122. A reversão de perda por desvalorização para uma unidade geradora de caixa deve ser alocada aos ativos da unidade, exceto o ágio por expectativa de rentabilidade futura (goodwill), proporcionalmente ao valor contábil desses ativos. Esses aumentos em valores contábeis devem ser tratados como reversão de perdas por desvalorização de ativos individuais e reconhecidos de acordo com o item 119.

Gabarito: A.

15. A Cia. Produtos Naturais apresentou no Balanço Patrimonial publicado em 31/12/2016 o saldo total de R\$ 470.000,00 na conta de Provisões, cuja composição era a seguinte:

Tipo de processo	Provisão reconhecida em 31/12/2016
Trabalhista 1	R\$ 190.000,00
Ambiental 1	R\$ 280.000,00

No final de 2017, a empresa reavaliou a situação dos processos a que estava respondendo em 2016 e identificou quatro novos processos judiciais surgidos em 2017. As informações sobre os diversos processos, em 31/12/2017, são apresentadas na tabela a seguir:

Tipo de processo	Avaliação da probabilidade de perda em 31/12/2017	Valor estimado de perda em 31/12/2017
Trabalhista 1	Provável	R\$ 210.000,00
Trabalhista 2	Possível	R\$ 150.000,00
Tributário 1	Possível	R\$ 340.000,00
Tributário 2	Provável	R\$ 170.000,00
Cível 1	Provável	R\$ 140.000,00
Ambiental 1	Possível	R\$ 250.000,00

Com base nas informações fornecidas, o saldo apresentado como Provisões, no Balanço Patrimonial da Cia. Produtos Naturais de 31/12/2017, foi, em reais,

- a) 780.000,00.
- b) 530.000,00.
- c) 520.000,00.



- d) 550.000,00.
e) 500.000,00.

Resolução:

Em matéria de reconhecimento de provisões nas demonstrações contábeis da entidade, com base na probabilidade de perda, temos:

- **Provável** = reconheço no BP e divulgo nas notas explicativas (*Provisão*)
- **Possível** = não reconheço no BP e divulgo nas notas explicativas (*Passivo Contingente*)
- **Remota** = não reconheço no BP e não divulgo nas notas explicativas

Dessa forma, apenas haverá provisão quando tivermos um risco **PROVÁVEL** de perda.

Dentre os saldos constantes em 31/12/2017, apenas os seguintes processos possuem probabilidade de perda **PROVÁVEL** no exercício:

Trabalhista 1
Tributário 2
Cível 1

Portanto, o saldo a ser apresentado no BP em provisões será de:

Trabalhista 1	R\$ 210.000,00
Tributário 2	R\$ 170.000,00
Cível 1	R\$ 140.000,00
(=) TOTAL	R\$ 520.000,00

Gabarito: C.

16. No que tange ao tema passivos contingentes, assinale a alternativa que indica o motivo da existência de uma obrigação presente, que resulta de eventos passados, mas que não será reconhecida.

- a) Porque não é provável que uma saída de recursos que incorporam benefícios econômicos seja exigida para liquidar a obrigação.
- b) Pois o valor da obrigação ainda não pode ser mensurado como despesa devido à falta de aprovação da administração.
- c) Porque resulta de eventos passados, cuja existência será confirmada apenas pela ocorrência ou não de um ou mais eventos futuros incertos não totalmente sob controle da entidade.
- d) Porque os custos inevitáveis para satisfazer as obrigações do contrato excedem os benefícios econômicos que se esperam sejam recebidos ao longo do mesmo contrato.
- e) Por conta de um evento que cria uma obrigação legal ou não formalizada que faça com que a entidade não tenha nenhuma alternativa realista a não ser liquidar essa obrigação.

Resolução:

A questão busca saber por qual motivo uma obrigação presente não será reconhecida.

Quando temos uma **obrigação presente que resulta de eventos passados** podemos ter uma **provisão** ou um **passivo contingente**. A partir do CPC 25 - Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes temos que as provisões, caso satisfaçam a determinados requisitos, devem ser reconhecidas; já o passivo contingente nunca é reconhecido. Dessa forma, devemos saber quais os requisitos para classificar uma obrigação presente em provisão ou passivo contingente, e assim determinar se ela será reconhecida ou não.

De acordo com o CPC 25:

Provisão é um passivo de prazo ou de valor incertos

Uma provisão deve ser **reconhecida** quando:



- a entidade tem uma **obrigação presente (legal ou não formalizada) como resultado de evento passado;**
- seja provável que será necessária uma saída de recursos que incorporam benefícios econômicos para liquidar a obrigação; e
- possa ser feita uma **estimativa confiável do valor da obrigação**

Passivo Contingente é:

- uma **obrigação possível** que resulta de eventos passados e cuja existência será confirmada apenas pela ocorrência ou não de um ou mais eventos futuros incertos não totalmente sob controle da entidade; ou
- uma **obrigação presente que resulta de eventos passados, mas que não é reconhecida porque:**
 - 1 - Não é provável que uma saída de recursos que incorporam benefícios econômicos seja exigida para liquidar a obrigação; ou
 - 2 - O valor da obrigação não pode ser mensurado com suficiente confiabilidade.

Dessa forma, nota-se que as duas razões para que uma obrigação presente que resulta de eventos passados ser classificada como passivo contingente, e, portanto, não ser reconhecida, são as descritas em 1 e 2 do enunciado acima.

a) Porque não é provável que uma saída de recursos que incorporam benefícios econômicos seja exigida para liquidar a obrigação.

CORRETA - caso não seja provável a saída de recursos, a obrigação presente não será reconhecida

b) Pois o valor da obrigação ainda não pode ser mensurado ~~como despesa devida à falta de aprovação da administração~~ com suficiente confiabilidade.

INCORRETA - é o caso 2 acima. Caso o o valor da obrigação não possa ser mensurado com suficiente confiabilidade, aí sim seria um motivo para não reconhecer a obrigação presente.

c) Porque resulta de eventos passados, cuja existência será confirmada apenas pela ocorrência ou não de um ou mais eventos futuros incertos não totalmente sob controle da entidade.

INCORRETA - neste caso, teremos uma **obrigação possível**, conforme destacado acima, e não uma **obrigação presente** como pede a questão.

d) Porque os custos inevitáveis para satisfazer as obrigações do contrato excedem os benefícios econômicos que se esperam sejam recebidos ao longo do mesmo contrato.

INCORRETA - essa é a definição de **Contrato Oneroso** do CPC 25, o qual define que é um contrato em que os custos inevitáveis de satisfazer as obrigações do contrato excedem os benefícios econômicos que se esperam sejam recebidos ao longo do mesmo contrato.

O pronunciamento ainda diz que **se a entidade tiver um contrato oneroso, a obrigação presente de acordo com o contrato deve ser reconhecida e mensurada como provisão**. Assim, o fato de termos custos inevitáveis advindos de um contrato oneroso é motivo para reconhecê-lo como provisão, fazendo com que alternativa esteja incorreta.

e) Por conta de um evento que cria uma obrigação legal ou não formalizada que faça com que a entidade não tenha nenhuma alternativa realista a não ser liquidar essa obrigação.

INCORRETA - essa é a definição de **Evento que cria obrigação**, e não um motivo para deixarmos de reconhecer uma obrigação presente.

Evento que cria obrigação é um evento que cria uma obrigação legal ou não formalizada que faça com que a entidade não tenha nenhuma alternativa realista senão liquidar essa obrigação.

Gabarito: A.

17. Para responder à questão abaixo, considere os seguintes saldos de contas, extraídos do balancete de verificação da Companhia ABC, levantado em 31/12/2017:

Aplicações de liquidez imediata	R\$ 200,00;
Capital social	R\$ 900,00;
C/C de ICMS	R\$ 160,00;
Clientes	R\$ 800,00;
Custos das vendas	R\$ 130,00;
Depreciação acumulada	R\$ 100,00;
Despesas operacionais	R\$ 120,00;
Fornecedores	R\$ 180,00;
Imóveis para renda	R\$ 640,00;
Participações permanentes	R\$ 500,00;
Prejuízos acumulados	R\$ 110,00;
Receitas operacionais	R\$ 850,00;
Reservas de capital	R\$ 140,00;
Reserva legal	R\$ 170,00.

O balanço patrimonial, encerrado em 31/12/2017, deverá apresentar um patrimônio líquido de

- a) R\$ 1.100,00.
- b) R\$ 1.700,00.
- c) R\$ 1.300,00.
- d) R\$ 1.500,00.

Resolução:

A questão versa sobre Balanço Patrimonial. Podemos resolvê-la utilizando as contas do Patrimônio Líquido e apurando o Resultado do Exercício, que comporá o PL após o encerramento das contas de resultado.

Assim, as contas do Patrimônio Líquido serão:

Capital Social	R\$ 900,00
Prejuízos Acumulados	R\$ (110,00)
Reservas de Capital	R\$ 140,00
Reserva Legal	R\$ 170,00

Inserindo as contas e valores no Razonete do PL:

PATRIMÔNIO LÍQUIDO	
(PREJUÍZOS ACUMULADOS) R\$ 110,00	R\$ 900,00 (CAPITAL SOCIAL)
	R\$ 140,00 (RESERVAS DE CAPITAL)
	R\$ 170,00 (RESERVA LEGAL)
R\$ 110,00	R\$ 1.210,00
	R\$ 1.100,00

Logo, o PL, antes da apuração do resultado do exercício, era de R\$ 1.100,00.

As contas de resultado serão:



Custo das Vendas	(R\$ 130,00)
Despesas Operacionais	(R\$ 120,00)
Receitas Operacionais	R\$ 850,00

Inserindo as contas e valores no Razonete da ARE:

APURAÇÃO DO RESULTADO DO EXERCÍCIO (ARE)	
(CUSTO DAS VENDAS) R\$ 130,00	R\$ 850,00 (RECEITAS OPERACIONAIS)
(DESPESAS OPERACIONAIS) R\$ 120,00	
R\$ 250,00	R\$ 850,00
	R\$ 600,00

Agora, transportando o resultado positivo da ARE (R\$ 600,00) para o PL:

PATRIMÔNIO LÍQUIDO	
(PREJUÍZOS ACUMULADOS) R\$ 110,00	R\$ 900,00 (CAPITAL SOCIAL)
	R\$ 140,00 (RESERVAS DE CAPITAL)
	R\$ 170,00 (RESERVA LEGAL)
R\$ 110,00	R\$ 1.210,00
	R\$ 1.100,00
	R\$ 600,00 (ARE)
	R\$ 1.700,00

Logo, o Patrimônio Líquido apresentado no Balanço Patrimonial encerrado em 31/12/2017 será de **R\$ 1.700,00**.

Gabarito: B.

18. Segundo as Leis Federais no 6.404/76 e no 11.638/07 e alterações posteriores, a demonstração de lucros ou prejuízos acumulados discriminará:

- 1.o saldo do início do período, os ajustes de exercícios anteriores e a correção monetária do saldo inicial.**
- 2.as reversões de reservas e o lucro líquido do exercício.**
- 3.os montantes das receitas não realizadas e das despesas não pagas.**
- 4.as transferências para reservas, os dividendos, a parcela dos lucros incorporada ao capital e o saldo ao fim do período.**

Assinale a alternativa que indica todas as afirmativas corretas.

- a) São corretas apenas as afirmativas 1, 2 e 3.
- b) São corretas apenas as afirmativas 1, 2 e 4.
- c) São corretas apenas as afirmativas 1, 3 e 4.
- d) São corretas apenas as afirmativas 2, 3 e 4.
- e) São corretas as afirmativas 1, 2, 3 e 4.

Resolução:

A DLPA demonstra a movimentação da conta de lucros ou prejuízos acumulados, ainda não distribuídos aos sócios titular ou aos acionistas, revelando os eventos que influenciaram a modificação do seu saldo. Essa demonstração deve também revelar o dividendo por ação do capital realizado. encontra-se prevista no art. 186 da Lei 6.404/76.

Lei 6.404/76

Art. 186. A demonstração de lucros ou prejuízos acumulados discriminará

I - O saldo do início do período, os ajustes de exercícios anteriores e a correção monetária do saldo inicial (1)

II - As reversões de reservas e o lucro líquido do exercício (2)



III - as transferências para reservas, os dividendos, a parcela dos lucros incorporada ao capital e o saldo ao fim do período (4)

§ 1º Como ajustes de exercícios anteriores serão considerados apenas os decorrentes de efeitos da mudança de critério contábil, ou da retificação de erro imputável a determinado exercício anterior, e que não possam ser atribuídos a fatos subsequentes.

Portanto, veja que a DLPA **não se destina** a evidenciar os **montantes das receitas não realizadas e das despesas não pagas**. Por isso, os únicos itens que se coadunam com a previsão legal acima são os **itens 1,2 e 4**.

Gabarito: B.

19. Em relação às Demonstrações Contábeis elaboradas pelas organizações comerciais, observando-se a Lei nº 6.404/76, é CORRETO afirmar:

- a) A Demonstração de Lucros ou Prejuízos Acumulados evidencia as variações ocorridas no patrimônio líquido das entidades.
- b) A Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido expõe as variações ocorridas de lucros ou prejuízos acumulados.
- c) A Demonstração do Valor Adicionado é obrigatória para as companhias de capital aberto e fechado.
- d) Os pequenos saldos nas demonstrações contábeis podem ser agregados, desde que não ultrapassem 20% do valor do respectivo grupo de contas.
- e) As Demonstrações Contábeis são assinadas por administradores e por contabilistas legalmente habilitados sendo a responsabilidade pelas demonstrações perante terceiros do contabilista.

Resolução:

a) A Demonstração de Lucros ou Prejuízos Acumulados evidencia as variações ocorridas no patrimônio líquido das entidades.

ERRADO: A questão trouxe a função precípua da DMPL

A DLPA demonstra a movimentação da conta de lucros ou prejuízos acumulados, ainda não distribuídos aos sócios titular ou aos acionistas, revelando os eventos que influenciaram a modificação do seu saldo. Essa demonstração deve também revelar o dividendo por ação do capital realizado. encontra-se prevista no art. 186 da Lei 6.404/76.

b) A Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido expõe as variações ocorridas de lucros ou prejuízos acumulados.

CERTO: A DMPL é a demonstração que evidencia a movimentação ocorrida durante os exercícios nas contas componentes do Patrimônio Líquido. Logo, a DMPL é apta a evidenciar as variações ocorridas na conta lucros ou prejuízos acumulados.

c) A Demonstração do Valor Adicionado é obrigatória para as companhias de capital aberto e fechado.

ERRADO: Pela LSA, apenas as companhias de capital aberto estão obrigadas a publicar DVA, já o CPC 26 obriga as duas modalidades de companhias

Art. 176. Ao fim de cada exercício social, a diretoria fará elaborar, com base na escrituração mercantil da companhia, as seguintes demonstrações financeiras, que deverão exprimir com clareza a situação do patrimônio da companhia e as mutações ocorridas no exercício:

(...)

V – Se companhia aberta, demonstração do valor adicionado

d) Os pequenos saldos nas demonstrações contábeis podem ser agregados, desde que não ultrapassem 20% do valor do respectivo grupo de contas.

ERRADO: O limite é de 0,1% e não de 20% como propôs o item:



Art. 176 § 2º Nas demonstrações, as contas semelhantes poderão ser agrupadas; os pequenos saldos poderão ser agregados, desde que indicada a sua natureza e não ultrapassem 0,1 (um décimo) do valor do respectivo grupo de contas; mas é vedada a utilização de designações genéricas, como "diversas contas" ou "contas-correntes"

e) As Demonstrações Contábeis são assinadas por administradores e por contabilistas legalmente habilitados sendo a responsabilidade pelas demonstrações perante terceiros do contabilista.

ERRADO: As demonstrações Contábeis são realmente assinadas por administradores e por contabilistas legalmente habilitados. contudo, a responsabilidade é dos administradores da companhia, e não do contabilista:

Art. 177 § 4º As demonstrações financeiras serão assinadas pelos administradores e por contabilistas legalmente habilitados

Art. 272 Parágrafo único. A representação das sociedades perante terceiros, salvo disposição expressa na convenção do grupo, arquivada no registro do comércio e publicada, caberá exclusivamente aos administradores de cada sociedade, de acordo com os respectivos estatutos ou contratos sociais.

Gabarito: B.

20. O pleno entendimento da situação contábil e financeira de qualquer empresa passa pela análise acurada de determinados documentos que contêm as informações necessárias à formulação de indicadores que subsidiem as decisões gerenciais a serem adotadas. Esses documentos são as demonstrações contábeis, ou seja, as que trazem em si as mais diversas informações econômico-financeiras. Assinale V para as afirmativas verdadeiras e F para as falsas.

() **Balancete/balanço patrimonial.** É a demonstração contábil do tipo balancete, conforme a legislação vigente, reflete a posição financeira em determinado momento e precisa ser elaborada e publicada periodicamente, normalmente no fim do ano ou de um período prefixado.

() **Demonstração do resultado do semestre/exercício.** As instituições precisam informar as alterações de caixa nos períodos considerados, classificando cada fluxo de caixa de acordo com sua proveniência, em atividades operacionais, investimentos e financiamentos.

() **Demonstração de fluxos de caixa.** É um documento que tem por finalidade a publicação e apresentação das receitas e despesas das instituições financeiras no atual semestre e no anterior, produzindo assim um resultado de lucro ou prejuízo, tal qual ocorre com as demonstrações de resultado de exercícios das sociedades anônimas.

() **Demonstração das mutações do patrimônio líquido.** Nesse documento, são apresentadas as variações positivas e negativas sofridas por contas, como as reservas de capital, os lucros a realizar, os lucros/prejuízos acumulados e as ações em tesouraria, por exemplo.

A alternativa que apresenta a sequência CORRETA é

- a) F, V, V, F.
- b) V, F, V, F.
- c) V, F, F, V.
- d) F, V, V, V.
- e) V, V, F, F.

Resolução:



(V) Balancete/balanço patrimonial. É a demonstração contábil do tipo balancete, conforme a legislação vigente, reflete a posição financeira em determinado momento e precisa ser elaborada e publicada periodicamente, normalmente no fim do ano ou de um período prefixado.

O BP é a demonstração estática que evidencia, qualitativa e quantitativamente, numa determinada data, a posição patrimonial e financeira da entidade, cuja estrutura está organizada pela relação de ativos, passivos e patrimônio líquido. As aplicações são o ativo, e as origens são o passivo e o PL da entidade.

(F) Demonstração do resultado do semestre/exercício. As instituições precisam informar as alterações de caixa nos períodos considerados, classificando cada fluxo de caixa de acordo com sua proveniência, em atividades operacionais, investimentos e financiamentos.

Na verdade, aqui temos a figura da Demonstração do Fluxo de Caixa (DFC).

DFC é a demonstração que relaciona o conjunto de ingressos e desembolsos financeiros de empresa em determinado período. Procura-se analisar todo deslocamento de cada caixa ou equivalente caixa dentro da empresa por meio de 3 atividades, operacionais, investimento e de financiamento.

(F) Demonstração de fluxos de caixa. É um documento que tem por finalidade a publicação e apresentação das receitas e despesas das instituições financeiras no atual semestre e no anterior, produzindo assim um resultado de lucro ou prejuízo, tal qual ocorre com as demonstrações de resultado de exercícios das sociedades anônimas.

Essa alternativa traz o conceito da Demonstração do Resultado do Exercício (DRE):

DRE é a demonstração dinâmica que evidencia a formação de lucro líquido do exercício, diante do confronto das receitas, custos e despesas apuradas segundo o regime de competência. Encontra-se prevista no art. 187 da Lei 6.404/76.

(V) Demonstração das mutações do patrimônio líquido. Nesse documento, são apresentadas as variações positivas e negativas sofridas por contas, como as reservas de capital, os lucros a realizar, os lucros/prejuízos acumulados e as ações em tesouraria, por exemplo.

A DMPL é a demonstração que evidencia a movimentação ocorrida durante os exercícios nas contas componentes do Patrimônio Líquido, ou seja, nas contas pertencentes aos sócios da entidade.

Gabarito: C.

21. A Demonstração dos Fluxos de Caixa (DFC) apresenta os efeitos das transações que afetam o caixa e equivalentes de caixa no período, distribuído em 3 grupos.

Esse conjunto de grupos está indicado corretamente em:

- atividades administrativas; atividades de investimento; atividades financeiras.
- atividades de caixa; atividades de financiamento; atividades administrativas.
- atividades financeiras; atividades de caixa; atividades operacionais.
- atividades operacionais; atividades de investimento; atividades de financiamento.

Resolução:

A DFC é tratada pelo CPC 03. O objetivo principal dessa demonstração é evidenciar as variações ocorridas no caixa e equivalentes de caixa de uma entidade em determinado período. Ela é dividida em três tipos de atividades: **fluxo de caixa das atividades operacionais, das atividades de investimentos e das atividades de financiamentos** e pode ser elaborada pelo método direto ou indireto. A diferença se dá, basicamente, pela apuração do fluxo de caixa pela atividade operacional. Pelo método direto, parte-se diretamente da conta caixa e pelo método indireto,

partimos do lucro líquido do exercício e fazemos os ajustes pelas receitas e despesas da DRE que não afetam o caixa da empresa e que não fazem parte do fluxo operacional. O fluxo de Investimento e Financiamento, pelos dois métodos, é igual.

As **atividades operacionais** são as principais atividades geradoras de receita da entidade e outras atividades que não são de investimento e nem de financiamento. A compra e venda de mercadorias são os principais exemplos.

As **atividades de investimento** são referentes à aquisição e à venda de ativos de longo prazo e de outros investimentos não incluídos nos equivalentes de caixa. A compra e venda de ativo imobilizado são exemplos dessa atividade.

As **atividades de financiamento** são aquelas que resultam em mudanças no tamanho e na composição do capital próprio e no capital de terceiros da entidade. Como exemplo, temos a integralização de capital pelos sócios da entidade ou captação de empréstimos com bancos. Dito isso, podemos verificar que nosso gabarito é a letra D.

Gabarito: D.

22. Sobre a Demonstração dos Fluxos de Caixa (DFC), cujo objetivo é gerar informações sobre os pagamentos e recebimentos, em espécie, de uma entidade econômica ocorridos em um determinado período de tempo, não é correto afirmar o seguinte:

- a) a DFC, quando analisada conjuntamente com outros demonstrativos financeiros, possibilita que os usuários avaliem a capacidade de a empresa gerar futuros fluxos líquidos positivos de caixa e equivalente de caixa.
- b) as disponibilidades compreendem o caixa, os saldos bancários e as aplicações financeiras de curto prazo sujeitas a significante risco de mudança de valor.
- c) como exemplo de saídas das atividades operacionais cita-se o pagamento de fornecedores referentes ao suprimento de mercadorias ou matérias primas ou outros materiais para a produção de bens destinados a venda.
- d) como fluxo de atividades de financiamentos podem ser exemplificadas as operações de empréstimos obtidos nas instituições de crédito tradicionais;
- e) como exemplo de saída das atividades de investimentos destaca-se o pagamento pela aquisição de intangíveis e propriedade para investimento, como também o valor dos desembolsos dos empréstimos concedidos pela empresa.

Resolução:

De acordo com o CPC 03, a **demonstração dos fluxos de caixa** gera as entradas e saídas em dinheiro de uma empresa segregadas em atividades operacionais, investimentos e financiamentos, por meio do método direto ou indireto.

$$\text{VARIAÇÃO DE CAIXA} = \text{OPERACIONAL} + \text{INVESTIMENTO} + \text{FINANCIAMENTO}$$

Essa demonstração é muito importante para mensurar a liquidez e solvência da empresa, fornecendo informação, por exemplo, do quanto a empresa depende de suas atividades operacionais para se manter ativa em seu negócio.

Sobre a DFC, vejamos:

a) a DFC, quando analisada conjuntamente com outros demonstrativos financeiros, possibilita que os usuários avaliem a capacidade de a empresa gerar futuros fluxos líquidos positivos de caixa e equivalente de caixa.

CORRETO. Conforme mencionado, a DFC é uma importante ferramenta para mensurar a liquidez e solvência da empresa, permitindo inclusive gerar fluxos futuros de caixa.

b) as disponibilidades compreendem o caixa, os saldos bancários e as aplicações financeiras de curto prazo sujeitas a **significante** risco de mudança de valor.

ERRADO. O risco de mudança de valor em aplicações financeiras deve ser insignificante.

c) como exemplo de saídas das atividades operacionais cita-se o pagamento de fornecedores referentes ao suprimento de mercadorias ou matérias primas ou outros materiais para a produção de bens destinados a venda.

CORRETO. Atividade operacional é aquela ligada ao objeto social da empresa, ou seja, sua principal atividade geradora de caixa. Citamos como exemplos a compra de mercadorias, pagamento de fornecedores, produção de bens e serviços, dentre outras.

d) como fluxo de atividades de financiamentos podem ser exemplificadas as operações de empréstimos obtidos nas instituições de crédito tradicionais.

CORRETO. A captação de recurso no mercado externo é um exemplo de atividade de financiamento. Afinal, quem está financiando as atividades da empresa?

e) como exemplo de saída das atividades de investimentos destaca-se o pagamento pela aquisição de intangíveis e propriedade para investimento, como também o valor dos desembolsos dos empréstimos concedidos pela empresa.

CORRETO. Onde o recurso captado nas atividades operacionais de financiamento estão sendo investidos. As atividades de investimento englobam aquisições de ativos não circulantes e concessão de empréstimos.

Gabarito: B.

23. Os serviços prestados por fornecedores são classificados na Demonstração do Valor Adicionado - DVA como:

- Insumos adquiridos de terceiros.
- Receita bruta.
- Redutor da receita bruta.
- Valor adicionado recebido em transferência.

Resolução:

A questão trata sobre a Demonstração do Valor Adicionado (DVA), especificamente sobre a classificação dos serviços prestados por fornecedores na estrutura da DVA.

Primeiramente, a DVA tem como função proporcionar aos usuários das demonstrações contábeis informações sobre a riqueza produzida pela entidade em determinado período de tempo e de que maneira essa riqueza é distribuída. Dentre as formas de geração de riqueza de uma entidade, temos:

- Receitas;
- Insumos adquiridos de terceiros;
- Valor Adicionado Recebido em Transferência.

De acordo com o CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado, os serviços prestados por fornecedores são classificados em insumos adquiridos de terceiros. Vejamos alguns conceitos trazidos por esse pronunciamento a respeito do tema aqui tratado:

A DVA está fundamentada em conceitos macroeconômicos, buscando apresentar, eliminados os valores que representam dupla-contagem, a parcela de contribuição que a entidade tem na formação do Produto Interno Bruto (PIB). Essa demonstração apresenta o quanto a entidade agrupa de valor aos insumos adquiridos de terceiros e que são vendidos ou consumidos durante determinado período.

Valor adicionado representa a riqueza criada pela empresa, de forma geral medida pela diferença entre o valor das vendas e os insumos adquiridos de terceiros. Inclui também o valor adicionado recebido em transferência, ou seja, produzido por terceiros e transferido à entidade.

Insumo adquirido de terceiros representa os valores relativos às aquisições de matérias-primas, mercadorias, materiais, energia, serviços, etc. que tenham sido transformados em despesas do período. Enquanto permanecerem nos estoques, não compõem a formação da riqueza criada e distribuída.

Insumos adquiridos de terceiros:

[...]

Materiais, energia, **serviços de terceiros** e outros - inclui valores relativos às despesas originadas da utilização desses bens, utilidades e serviços adquiridos junto a terceiros

Os serviços prestados por terceiros são custos que a entidade incorreu com serviços adquiridos ou produtos comprados de fornecedores no período para agregar valor aos produtos vendidos ou serviços prestados, em determinado período pela entidade, compondo a riqueza criada e distribuída pela empresa. Agora, vejamos as alternativas propostas pela banca:

- a) Insumos adquiridos de terceiros.

Alternativa correta

Conforme exposto acima.

- b) Receita bruta.

Alternativa errada

A receita bruta refere-se ao valor total das receitas da entidade.

- c) Redutor da receita bruta.

Alternativa errada

A receita bruta refere-se ao valor total das receitas da entidade, incluindo o valor relativos aos impostos. Desse valor é que iremos subtrair os insumos adquiridos de terceiros para encontrarmos o valor adicionado bruto.

- d) Valor adicionado recebido em transferência.

Alternativa errada

Valor adicionado recebido em transferência representa a riqueza que não tenha sido criada pela própria entidade, e sim por terceiros, e que a ela é transferida.

Gabarito: A.

24. De acordo com a Lei nº 6.404/76 e suas alterações, em relação ao conteúdo das Notas Explicativas, observe as afirmativas a seguir.

I. As Notas Explicativas não poderão evidenciar as políticas contábeis da empresa, quando estas já tiverem sido apresentadas no Relatório da Administração.

II. As Notas Explicativas devem apresentar informações sobre a base de preparação das demonstrações financeiras e das práticas contábeis específicas selecionadas e aplicadas para negócios e eventos significativos.

III. As Notas Explicativas devem apresentar informações adicionais não indicadas nas próprias demonstrações financeiras e consideradas necessárias para uma apresentação adequada.

Estão CORRETAS as afirmativas:

- a) I e II, apenas.
- b) I e III, apenas.
- c) II e III, apenas.
- d) I, II e III.



Resolução:

É exige conhecimento sobre as Notas Explicativas constante na Lei 6.404/76, especificamente no art. 176, que trata das Demonstrações Financeiras e sua complementação por notas explicativas. Vejamos o que esse artigo diz a respeito das notas explicativas para podermos avaliar os itens propostos pela banca. Vamos lá:

Art. 176. Ao fim de cada exercício social, a diretoria fará elaborar, com base na escrituração mercantil da companhia, as seguintes demonstrações financeiras, que deverão exprimir com clareza a situação do patrimônio da companhia e as mutações ocorridas no exercício:

§ 5º As notas explicativas devem:

I – Apresentar informações sobre a base de preparação das demonstrações financeiras e das práticas contábeis específicas selecionadas e aplicadas para negócios e eventos significativos;

II – Divulgar as informações exigidas pelas práticas contábeis adotadas no Brasil que não estejam apresentadas em nenhuma outra parte das demonstrações financeiras;

III – fornecer informações adicionais não indicadas nas próprias demonstrações financeiras e consideradas necessárias para uma apresentação adequada; e

IV – Indicar:

- a) os principais critérios de avaliação dos elementos patrimoniais, especialmente estoques, dos cálculos de depreciação, amortização e exaustão, de constituição de provisões para encargos ou riscos, e dos ajustes para atender a perdas prováveis na realização de elementos do ativo;
- b) os investimentos em outras sociedades, quando relevantes (art. 247, parágrafo único);
- c) o aumento de valor de elementos do ativo resultante de novas avaliações (art. 182, § 3º);
- d) os ônus reais constituídos sobre elementos do ativo, as garantias prestadas a terceiros e outras responsabilidades eventuais ou contingentes;
- e) a taxa de juros, as datas de vencimento e as garantias das obrigações a longo prazo;
- f) o número, espécies e classes das ações do capital social;
- g) as opções de compra de ações outorgadas e exercidas no exercício;
- h) os ajustes de exercícios anteriores (art. 186, § 1º); e
- i) os eventos subsequentes à data de encerramento do exercício que tenham, ou possam vir a ter, efeito relevante sobre a situação financeira e os resultados futuros da companhia.

I. As Notas Explicativas não poderão evidenciar as políticas contábeis da empresa, quando estas já tiverem sido apresentadas no Relatório da Administração.

Errado

As notas explicativas devem conter informações referentes às políticas contábeis da empresa independente de constarem ou não no relatório da administração. As políticas contábeis são necessárias para que o usuário da informação contábil possa entender melhor as práticas adotadas na elaboração dos relatórios contábeis. Já que o usuário da informação contábil não tem acesso aos relatórios das entidades, as informações precisam estar disponíveis nas demonstrações contábeis.

II. As Notas Explicativas devem apresentar informações sobre a base de preparação das demonstrações financeiras e das práticas contábeis específicas selecionadas e aplicadas para negócios e eventos significativos.

Correto

Exatamente. Está de acordo com inciso I do parágrafo 5º transcrito acima.

III. As Notas Explicativas devem apresentar informações adicionais não indicadas nas próprias demonstrações financeiras e consideradas necessárias para uma apresentação adequada.

Correto

Exatamente. Está de acordo com inciso III do parágrafo 5º transcrito acima.

Gabarito: C.



25. Em 31/12/2015, uma entidade obteve um empréstimo bancário no valor de 100 mil dólares, com vencimento em 5 anos. Na data de obtenção do empréstimo, a cotação do dólar era de R\$ 3,90. Já o dólar projetado para a data de vencimento do empréstimo era de R\$ 5,00.

Em 31/12/2016, a cotação do dólar era de R\$ 3,20 e, em 31/12/2017, era de R\$ 3,30.

Assinale a opção que indica o valor apresentado referente ao empréstimo bancário no passivo da empresa, no balanço patrimonial de 31/12/2017.

- a) R\$ 170.000.
- b) R\$ 320.000.
- c) R\$ 330.000.
- d) R\$ 390.000.
- e) R\$ 500.000.

Resolução:

- Empréstimo de 100 mil dólares a pagar em 5 anos;
- Cotação na contratação de R\$ 3,90;
- Cotação no vencimento de R\$ 5,00;
- Cotação em 2016 de R\$ 3,20;
- Cotação em 2017 de R\$ 3,30;

Qual o valor do passivo no BP em 2017?

1) Identificar o tipo de item (monetário ou não monetário)

A entidade obteve um empréstimo (obrigação a pagar), logo será classificado com um **item monetário**, de acordo com o CPC 02 (EFEITOS DAS MUDANÇAS NAS TAXAS DE CÂMBIO E CONVERSÃO DE DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS)

16. A característica essencial de **item monetário é o direito a receber (ou a **obrigação de entregar**) um número fixo ou determinável de unidades de moeda.**

2) Reconhecimento INICIAL

No reconhecimento inicial, utiliza-se a **taxa na data da transação** na conversão do item.

21. Uma transação em moeda estrangeira deve ser **reconhecida contabilmente, no momento inicial, pela moeda funcional, mediante a aplicação da taxa de câmbio à vista entre a moeda funcional e a moeda estrangeira, na **data da transação**, sobre o montante em moeda estrangeira.**

Empréstimo = US \$ 100.000 * 3,90 (data da transação)

Empréstimo = R\$390.000

D = Caixa

C = Empréstimos a Pagar Exterior.....R\$ 390.000

3) Reconhecimento no PERÍODO DE REPORTE

Como a questão pede o valor do empréstimo (em reais), então para converter, no final de 2017, o valor contratado (US \$ 200,000) é preciso utilizar a taxa de câmbio de fechamento (data do balanço), conforme o CPC 02.

23. Ao término de cada período de reporte:

a) os **itens monetários em moeda estrangeira devem ser convertidos, usando-se a **taxa de câmbio de fechamento**;**

Empréstimo = US \$ 100.000 * 3,30 (data do fechamento)

Empréstimo = R\$330.000



D = Empréstimos a Pagar Exterior

C = Variação Cambial Ativa.....R\$ 60.000

Lançamento:

D = Caixa.....390.000

C = Variação Cambial Ativa.....60.000

C = Empréstimo a Pagar Exterior.....330.000

Portanto, conforme CPC, a taxa a ser utilizada no BP em 31/12/2017 é a do fechamento do exercício, no caso R\$ 3,30.

Gabarito: C.

26. A contabilidade apresenta subdivisões para fornecer diferentes tipos de informações.

Entre as funções da contabilidade de custos está a de

- a) oferecer ao gestor a capacidade de gerar informações que permitam o planejamento das ações no ambiente operacional.
- b) transmitir aos fornecedores segurança em relação ao cumprimento das obrigações da entidade.
- c) orientar investidores e credores ao decidirem onde alocar seus recursos.
- d) avaliar o desempenho dos setores administrativos da empresa e de seus empregados.
- e) garantir aos emprestadores de recursos que os prazos serão cumpridos.

Resolução:

Analisemos as alternativas:

a) oferecer ao gestor a capacidade de gerar informações que permitam o planejamento das ações no ambiente operacional.

Alternativa Correta. Do ponto de vista gerencial, o gestor consegue, através da contabilidade de custos, obter informações valiosas acerca de suas operações.

Mas é preciso ter claro que essas informações se restringem ao ambiente operacional, com receitas, custos das vendas e despesas relativas.

b) transmitir aos fornecedores segurança em relação ao cumprimento das obrigações da entidade.

Alternativa Incorreta. A contabilidade de custos não tem essa função e sequer há a possibilidade de transmitir esta segurança.

Se o fornecedor quer ter uma ideia da capacidade de pagamento da empresa, deve olhar seu balanço patrimonial, avaliando a liquidez da empresa, e seu DRE, avaliando a capacidade de geração de caixa.

c) orientar investidores e credores ao decidirem onde alocar seus recursos.

Alternativa Incorreta. Para orientação dos usuários externos, faz muito mais sentido olhar o balanço e o DRE.

d) avaliar o desempenho dos setores administrativos da empresa e de seus empregados.

Alternativa Incorreta. A contabilidade de custos permite uma avaliação do setor operacional, da produção.

Os setores administrativos não são abarcados pela contabilidade de custos, já que seus gastos representam despesas e não custos.

e) garantir aos emprestadores de recursos que os prazos serão cumpridos.

Alternativa Incorreta. Isso, sequer as demonstrações contábeis podem garantir.

Já que capacidade de pagamento não garante o pagamento em si, embora seja importante, claro.

Gabarito: A.

27. São exemplos de custos fixos e de custos variáveis de um restaurante, respectivamente,

- a) folha de pagamento e aluguel.
- b) folha de pagamento e juros.
- c) aluguel e embalagens.
- d) embalagens e juros.
- e) energia elétrica e aluguel.

Resolução:

Os **custos fixos** são aqueles que **não sofrem** variação em função da quantidade produzida (**volume de produção**).

Exemplo: aluguel

Os **custos variáveis** são aqueles que **variam** de acordo com o **volume de produção** (quanto maior o volume de produção, maior é o custo variável).

Exemplo: embalagem

Segue a classificação:

- Folha de pagamento ---> **custo fixo**
- Aluguel ---> **custo fixo**
- Juros ---> **custo fixo**
- Embalagens ---> **custo variável**
- Energia elétrica ---> **custo fixo**

Gabarito: Letra C.

28. A empresa Alpha Ltda fabrica colchões e utiliza o método de Custo por Absorção para apurar o custo de produção dos seus produtos. No mês de setembro de 2018, os custos indiretos de fabricação totalizaram R\$ 150.000,00 e as despesas fixas comerciais e administrativas totalizaram R\$ 70.000,00. O critério de rateio para distribuição dos custos indiretos é a quantidade produzida. Analise as seguintes informações adicionais de produção do mês de setembro de 2018:

Itens	Colchão Simples	Colchão Especial
Produção do mês	300 unidades	700 unidades
Custo de matéria-prima por unidade produzida	R\$ 120,00	R\$ 260,00
Custo de mão de obra direta por unidade produzida	R\$ 80,00	R\$ 100,00

Com base somente nessas informações, qual o valor do custo unitário de produção do Colchão Especial?

- a) R\$ 310,00.
- b) R\$ 350,00.
- c) R\$ 360,00.
- d) R\$ 510,00.
- e) R\$ 580,00.

Resolução:



Questão que versa sobre custeio por absorção. Tenhamos em mente que já temos o custo de matéria-prima e o custo de mão de obra direta em termos unitários.

O que precisamos é apenas ver o quanto do custo indireto é absorvido pelo colchão especial. Como o critério de rateio dado pelo enunciado é a quantidade produzida, fica fácil.

Como foram produzidos 300 colchões simples e 700 especiais, temos um total de 1.000. Logo, a participação do colchão especial no total do custo indireto é dada por $700/1.000=0,7$.

Ou seja, 0,7 do valor do custo indireto é absorvido pelos colchões especiais.

Se multiplicarmos 0,7 pelo valor do custo indireto, temos o custo indireto dos colchões especiais: $CIE = 0,7 \times 150.000 = 105.000$

Dividindo este valor de \$105.000 pelo número de colchões especiais produzidos, temos o custo indireto unitário deles:

$$CIUE = 105.000/700$$

$$CIUE = 150$$

Agora, somamos todos os custos unitários e temos o custo unitário total do colchão especial:

$$CUTE = 260 + 100 + 150$$

$$CUTE = 510$$

Gabarito: Letra D.

29. No processo de auditoria é importante o conhecimento de informações e desenvolvimento de habilidades sobre custos. A terminologia custo se refere aos gastos com insumos utilizados na produção de bens ou serviços afins de uma instituição. Quando há uma forma objetiva de associar os dispêndios monetários da produção de um produto ou serviço aos objetos de custeio, este custo é classificado como _____ . São exemplos deste tipo de custo a mão de obra e os materiais de consumo.

Assinale a alternativa que completa corretamente a lacuna.

- a) Direto
- b) Indireto
- c) Fixo
- d) Variável

Resolução:

A questão faz referência aos conceitos da contabilidade de custos. Veja abaixo o que cada um representa:

Custo direto: É o custo objetivo, aquele que está ligado diretamente ao bem, podendo ser atribuído ou identificado diretamente em um produto ou departamento, isto é, não necessita de rateio para ser reconhecido o valor do mesmo no bem.

Custo indireto: É o custo que não se pode atribuir diretamente ao bem, pois não é apropriável diretamente ao mesmo, dado a necessidade de se fazer o rateio, isto é, atribuição de parcelas dos custos a cada bem do rateio.

Custo fixo: É o custo que não sofre variação de valor caso varie a produção.

Custo variável: É o custo que sofre alteração conforme o volume da produção ou atividade varia.

Diante dos conceitos supracitados, o custo direto possui uma forma objetiva de associar os dispêndios monetários da produção de um produto ou serviço aos objetos de custeio.



Gabarito: A.

30. Tendo por base a Lei Federal nº 4.320/1964, no tocante ao orçamento público, temos que

- a) esta exclui da Lei de Orçamentos todas as receitas emanadas de operações de crédito.
- b) a Lei de Orçamento deverá consignar dotações globais destinadas a atender indiferentemente a despesas de pessoal, material, serviços de terceiros, transferências ou quaisquer outras.
- c) as receitas e despesas constarão da Lei de Orçamento pelos seus totais, descontadas todas as deduções.
- d) o Poder Executivo deverá escolher autonomamente, em casos de déficit, dispensando previsão na Lei Orçamentária, as fontes de recurso que irá utilizar para atender a sua cobertura.
- e) a Lei de Orçamento poderá conter autorização ao Executivo para realizar, em qualquer mês do exercício financeiro, operações de crédito por antecipação da receita, para atender a insuficiências de caixa.

Resolução:

Tendo por base a Lei Federal nº 4.320/1964, no tocante ao **ORÇAMENTO PÚBLICO**, temos que:

a) esta exclui da Lei de Orçamentos todas as receitas emanadas de operações de crédito.

A alternativa contraria o *caput* do art. 3º da Lei nº 4.320/1964: a Lei de Orçamentos compreenderá todas as receitas, **inclusive as de OPERAÇÕES DE CRÉDITO**.

b) a Lei de Orçamento deverá consignar dotações globais destinadas a atender indiferentemente a despesas de pessoal, material, serviços de terceiros, transferências ou quaisquer outras.

A alternativa contraria o art. 5º da Lei nº 4.320/1964: A Lei de Orçamento **NÃO consignará** dotações globais destinadas a atender indiferentemente a despesas de pessoal, material, serviços de terceiros, transferências ou quaisquer outras, ressalvado o disposto no artigo 20 e seu parágrafo único.

c) as receitas e despesas constarão da Lei de Orçamento pelos seus totais, descontadas todas as deduções.

A alternativa contraria o *caput* do art. 6º da Lei nº 4.320/1964: Todas as receitas e despesas constarão da Lei de Orçamento pelos seus totais, **VEDADAS** quaisquer deduções.

d) o Poder Executivo deverá escolher autonomamente, em casos de déficit, dispensando previsão na Lei Orçamentária, as fontes de recurso que irá utilizar para atender a sua cobertura.

A alternativa contraria o que diz o § 1º do artigo 7º da Lei nº 4.320/1964: Em casos de déficit, **a Lei de Orçamento indicará as fontes** de recursos que o Poder Executivo fica autorizado a utilizar para atender a sua cobertura.

e) a Lei de Orçamento poderá conter autorização ao Executivo para realizar, em qualquer mês do exercício financeiro, operações de crédito por antecipação da receita, para atender a insuficiências de caixa.

A alternativa está **DE ACORDO** com o inciso II do artigo 7º da Lei nº 4.320/1964: Realizar em qualquer mês do exercício financeiro, operações de crédito por antecipação da receita, para atender a insuficiências de caixa.

Gabarito: E.

31. As receitas públicas oriundas de dividendos recebidos de empresa pública estadual são classificadas como

- a) tributárias.



- b) patrimoniais.
- c) industriais ou de serviços, a depender da natureza da atividade empresarial.
- d) transferências correntes.
- e) outras receitas correntes.

Resolução:

Vamos classificar os itens:

- a)** tributárias.

INCORRETO. As receitas tributárias são oriundas dos impostos, das taxas e das contribuições de melhoria.

- b)** patrimoniais.

CORRETO. Primeiramente, vejamos o conceito de Receita Patrimonial, conforme MCASP 8ª Edição:

– *Receita Corrente – Patrimonial*

São receitas provenientes da fruição do patrimônio de ente público, como por exemplo, bens mobiliários e imobiliários ou, ainda, bens intangíveis e participações societárias. São classificadas no orçamento como receitas correntes e de natureza patrimonial.

Quanto à procedência, trata-se de receitas originárias. Podemos citar como espécie de receita patrimonial as concessões e permissões, cessão de direitos, dentre outras.

Os dividendos são oriundos do patrimônio do ente público (nesta situação, valor investido nesta empresa pública estatal), por isto são classificados como Receita **Patrimonial**.

- c)** industriais ou de serviços, a depender da natureza da atividade empresarial.

INCORRETO. Não deve ser classificado como Receita Industrial que possui o seguinte conceito, conforme MCASP 8ª Edição:

Receita Corrente – Industrial

Registra as receitas provenientes das atividades industriais. Envolve a extração e o beneficiamento de matérias-primas, bem como a produção e comercialização bens relacionados às indústrias extractiva mineral, mecânica, química e de transformação em geral. Compreende a produção e comercialização de petróleo e demais hidrocarbonetos, produtos farmacêuticos e a fabricação de substâncias químicas e radioativas, de produtos da agricultura, pecuária e pesca em produtos alimentares, de bebidas e destilados, de componentes e produtos eletrônicos, as atividades de edição, impressão ou comercialização de publicações em meio físico, digital ou audiovisual, além de outras atividades industriais semelhantes.

- d)** transferências correntes.

INCORRETO. Não deve ser classificado como Transferências Correntes que possui o seguinte conceito, conforme MCASP 8ª Edição:

Receita Corrente – Transferências Correntes

Na ótica orçamentária, são recursos financeiros recebidos de outras pessoas de direito público ou privado destinados a atender despesas de manutenção ou funcionamento relacionadas a uma finalidade pública específica, mas que não correspondam a uma contraprestação direta em bens e serviços a quem efetuou a transferência

- e)** outras receitas correntes.

INCORRETO. Não deve ser classificado como Outras Receitas Correntes que possui o seguinte conceito, conforme MCASP 8ª Edição:

– *Receita Corrente – Outras Receitas Correntes*



Constituem-se pelas receitas cujas características não permitam o enquadramento nas demais classificações da receita corrente, tais como indenizações, restituições, resarcimentos, multas administrativas, contratuais e judiciais, previstas em legislações específicas, entre outras.

Gabarito: B.
32. Em relação a Classificação das despesas orçamentárias, considere:

- I. Órgão orçamentário e unidade orçamentária são níveis hierárquicos da classificação institucional da despesa orçamentária.
- II. A classificação institucional separa as dotações orçamentárias em funções e subfunções.
- III. A classificação funcional é independente dos programas e permite a consolidação nas três esferas do governo.

Está correto o que consta APENAS de:

- a) I e II.
- b) I e III.
- c) II e III.
- d) III.
- e) II.

Resolução:

Em relação a Classificação das despesas orçamentárias, considere:

I. Órgão orçamentário e unidade orçamentária são níveis hierárquicos da classificação institucional da despesa orçamentária.

A afirmativa trata sobre a **Classificação Institucional**, conforme o MCASP, 8ª Edição:

A classificação institucional reflete a estrutura de alocação dos créditos orçamentários e está estruturada em dois níveis hierárquicos: órgão orçamentário e unidade orçamentária. Constitui unidade orçamentária o agrupamento de serviços subordinados ao mesmo órgão ou repartição a que serão consignadas dotações próprias (art. 14 da Lei nº 4.320/1964). Os órgãos orçamentários, por sua vez, correspondem a agrupamentos de unidades orçamentárias. As dotações são consignadas às unidades orçamentárias, responsáveis pela realização das ações. No caso do Governo Federal, o código da classificação institucional compõe-se de cinco dígitos, sendo os dois primeiros reservados à identificação do órgão e os demais à unidade orçamentária. Não há ato que a estabeleça, sendo definida no contexto da elaboração da lei orçamentária anual ou da abertura de crédito especial.

II. A classificação institucional separa as dotações orçamentárias em funções e subfunções.

Essa é a **Classificação Funcional** e não a Classificação Institucional:

A classificação funcional segregá as dotações orçamentárias em funções e subfunções, buscando responder basicamente à indagação "em que área" de ação governamental a despesa será realizada. A atual classificação funcional foi instituída pela Portaria nº 42/1999, do então Ministério do Orçamento e Gestão, e é composta de um rol de funções e subfunções prefixadas, que servem como agregador dos gastos públicos por área de ação governamental nas três esferas de Governo. **Trata-se de uma classificação independente dos programas e de aplicação comum e obrigatória, no âmbito da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, o que permite a consolidação nacional dos gastos do setor público.**

A classificação funcional é representada por cinco dígitos. Os dois primeiros referem-se à função, enquanto que os três últimos dígitos representam a subfunção, que podem ser traduzidos como agregadores das diversas áreas de atuação do setor público, nas esferas legislativa, executiva e judiciária.

III. A classificação funcional é independente dos programas e permite a consolidação nas três esferas do governo.

A afirmativa está de acordo com o trecho em azul do comentário da afirmativa anterior.

Está correto o que consta APENAS de: I e III.

Gabarito: B.

33. A distinção dos restos a pagar em processados e não processados baseia-se no cumprimento dos estágios de execução da despesa pública e tem impactos no reconhecimento patrimonial da obrigação correspondente.

Em geral, quando não se tratar de situações especiais, para que sejam reconhecidos como obrigação patrimonial, os restos a pagar devem se referir a despesas classificadas como:

- a) empenhadas a liquidar, apenas;
- b) empenhadas em liquidação, apenas;
- c) liquidadas, apenas;
- d) liquidadas ou empenhadas a liquidar;
- e) liquidadas ou empenhadas em liquidação.

Resolução:

Vamos analisar os itens:

a) ~~empenhadas a liquidar, apenas;~~

INCORRETA. Os restos a pagar empenhados a liquidar são aqueles que não ocorreram o fato gerador, conforme MCASP 8ª Edição:

4.7.2. Restos a Pagar Não Processados (RPNP)

As **despesas empenhadas a liquidar** são aquelas cujo prazo para cumprimento da obrigação, assumida pelo credor (contratado), encontra-se vigente, ou seja, **ainda não ocorreu o fato gerador da obrigação patrimonial para o ente**, estando pendente de entrega do material ou do serviço adquirido

b) empenhadas em liquidação, apenas;

INCORRETA. As despesas empenhadas em liquidação são aquelas que ocorreram o fato gerador da obrigação patrimonial, mas como veremos abaixo, há outra situação, conforme MCASP 8ª Edição:

As **despesas empenhadas em liquidação** são aquelas em que houve o adimplemento da obrigação pelo credor (contratado), caracterizado pela entrega do material ou prestação do serviço, estando na fase de verificação do direito adquirido, ou seja, **tem-se a ocorrência do fato gerador da obrigação patrimonial**, todavia, ainda não se deu a devida liquidação.

c) liquidadas, apenas;

INCORRETA. Os restos a pagar processados são despesas que já passaram pela fase de liquidação, portanto, a obrigação patrimonial já foi reconhecida, conforme MCASP 8ª edição:

4.7.3. Restos a Pagar Processados (RPP)

Serão inscritas em restos a pagar processados as despesas **liquidadas** e não pagas no exercício financeiro, ou seja, aquelas em que o serviço, a obra ou o material contratado tenha sido prestado ou entregue e aceito pelo contratante, nos termos do art. 63 da Lei nº 4.320/1964.

No caso das despesas orçamentárias inscritas em restos a pagar processados, verifica-se na execução o cumprimento dos estágios de empenho e **liquidação**, restando pendente apenas o pagamento

Como vimos, as despesas empenhadas em liquidação são aquelas que também ocorreram o fato gerador da obrigação patrimonial.

d) liquidadas ou empenhadas a liquidar;

INCORRETA. Como já vimos, as despesas empenhadas a liquidar não ocorreram o fato gerador.

e) liquidadas ou empenhadas em liquidação.

CORRETA. Perfeito, ambos representam despesas que já ocorreram o fato gerador da obrigação patrimonial.

Gabarito: E.

34. Com base nas informações fornecidas pela empresa Calcule Certo Ltda., responda à questão.

- **Data base: exercício findo em 31/12/2018**
- **Valores hipotéticos:**
- **Total do Ativo Circulante – R\$ 190.000,00**
- **Capital Circulante Líquido Positivo – R\$ 60.000,00**
- **Valor do Patrimônio Líquido – R\$ 80.000,00**
- **Passivo Não Circulante – R\$ 90.000,00**
- **Vendas líquidas – R\$ 95.000,00**
- **Deduções de vendas – 25% sobre o faturamento**
- **Estoques iniciais do exercício – R\$ 65.000,00**
- **Compras no exercício – R\$ 5.500,00**
- **Estoques finais no exercício – R\$ 25.000,00**
- **Despesas operacionais, incluindo IR/CSLL – R\$ 19.500,00**

Obs.: o Patrimônio Líquido já contém o fechamento do resultado do exercício.

Baseado nessas informações, assinale a alternativa que representa o índice de liquidez corrente dessa empresa, no final do período. Utilize apenas duas casas decimais, sem a aplicação do critério de arredondamento.

- a) 1,10
- b) 1,26
- c) 1,34
- d) 1,46
- e) 1,70

Resolução:

Questão sobre índices de liquidez. A liquidez corrente calcula a capacidade de pagamento da empresa no curto prazo

Liquidez Corrente = ativo circulante / passivo circulante

Dessa forma, vamos encontrar os valores de AC e PC.

AC é 190.000

Capital Circulante Líquido é AC menos PC, e equivale a 60.000 (Positivo).

Logo: PC é 130.000,00

Calculando liquidez corrente, teremos:

$$\text{ILC} = \mathbf{190.000 / 130.000 = 1,46}$$

Gabarito: D.



35. Leia com atenção:

- I- A Liquidez Seca é igual a (Ativo Circulante - Estoques) / Passivo Circulante;**
II- A Liquidez Imediata é igual disponível / Passivo Circulante;
III- A Liquidez Geral é igual (Ativo Circulante + Realizável a Longo Prazo) / (Passivo Circulante).

Dos itens acima:

- a) Apenas o item I está correto.
- b) Apenas os itens I e II estão corretos.
- c) Apenas os itens I e III estão corretos.
- d) Apenas os itens II e III estão corretos.
- e) Todos os itens estão corretos.

Resolução:

I - A Liquidez Seca é igual a (Ativo Circulante - Estoques) / Passivo Circulante;

CORRETA: a **liquidez seca** mostra a capacidade de a empresa saldar suas dívidas de curto prazo (passivo circulante) com os recursos de curto prazo que dispõe, **entretanto, desconsiderados os estoques**, que é um elemento patrimonial de menor liquidez no ativo circulante

II- A Liquidez Imediata é igual disponível / Passivo Circulante;

CORRETA: a **liquidez imediata** mostra a capacidade de pagamento imediato das obrigações de curto prazo (passivo circulante) que uma empresa possui, utilizando somente os recursos de caixa ou equivalentes de caixa (**disponibilidades**).

III- A Liquidez Geral é igual (Ativo Circulante + Realizável a Longo Prazo) / (Passivo Circulante).

INCORRETA: a **liquidez geral** mostra a capacidade de pagamento das obrigações de curto e longo prazo (passivo exigível, ou seja, a soma do passivo circulante com o não circulante) que uma empresa possui, utilizando as disponibilidades e os direitos de curto e longo prazo (ativo circulante e realizável a longo prazo).

Liquidez Geral=Ativo Circulante + Realizável a Longo Prazo/Passivo Circulante + Passivo Não Circulante

Gabarito: B.**36. A empresa Xarpe. Ltda. apresenta as seguintes contas vinculadas ao resultado do exercício:**

Custo da Mercadoria Vendida	3.200,00
Receita Operacional Bruta	5.200,00
ICMS sobre o faturamento	500,00
Salários e Ordenados	500,00
Despesas Financeiras	500,00

Com base no exposto, considere as seguintes afirmativas:

1. O Resultado de Vendas Líquidas será igual a R\$ 4.700,00.
2. A margem de Lucro Operacional será igual a 10,63%.
3. O Lucro Operacional Bruto será igual a R\$ 500,00.
4. A margem de Lucro Bruto será igual a 10,63%.

Assinale a alternativa correta.

- a) Somente a afirmativa 4 é verdadeira.
- b) Somente as afirmativas 1 e 2 são verdadeiras.
- c) Somente as afirmativas 2 e 3 são verdadeiras.
- d) Somente as afirmativas 1, 2 e 3 são verdadeiras.



- e) Somente as afirmativas 1, 3 e 4 são verdadeiras.

Resolução:

Vamos montar a DRE para responder aos questionamentos da banca:

Receita Operacional Bruta	5.200,00
(-) ICMS sobre o faturamento	500,00
(=) Receita Líquida	4.700,00
(-) Custo da Mercadoria Vendida	3.200,00
(=) Lucro Bruto	1.500,00
(-) Salários e Ordenados	500,00
(-) Despesas Financeiras	500,00
(=) Lucro Líquido	500,00

1. O Resultado de Vendas Líquidas será igual a R\$ 4.700,00.

CERTO: Conforme tabela acima

2. A margem de Lucro Operacional será igual a 10,63%.

CERTO: Como não temos "outras receitas" e "outras despesas", o lucro operacional será igual ao lucro líquido:

$$\text{Margem Operacional} = 500/4.700 \Rightarrow 0,1063 \text{ ou } 10,63\%$$

3. O Lucro Operacional Bruto será igual a R\$ 500,00.

CERTO: Parece que a banca considerou esse valor como lucro operacional, que nesse caso será idêntico ao lucro líquido, mas eu discordo, a inserção de "bruto" ao final subentende-se que estamos diante do lucro BRUTO, e não operacional.

Mas conforme veremos no item a seguir, a banca acolhe o seguinte posicionamento:

- Lucro operacional bruto = lucro operacional
- Lucro bruto = Lucro bruto

4. A margem de Lucro Bruto será igual a 10,63%.

ERRADO: vejamos o cálculo da banca:

$$\text{Margem Bruta} = 1.500/4.700 \Rightarrow 0,3191 \text{ ou } 31,91\%$$

Gabarito: D.

37. Quanto às decisões referentes ao planejamento e gestão do capital de giro, é correto afirmar:

- decisões de capital de giro estão relacionadas ao financiamento do ciclo operacional de uma entidade.
- não são relevantes comparativamente às decisões a respeito de compra de máquinas e equipamentos.
- não envolvem o aspecto de prazos de recebimento dos clientes.
- consideradas estáticas todas as outras variáveis, a duração do ciclo operacional não tem relação com o resultado da entidade e com o capital de giro necessário.
- consideradas estáticas todas as outras variáveis, quanto maior a duração do ciclo operacional, menor o volume de capital de giro necessário.

Resolução:
a) decisões de capital de giro estão relacionadas ao financiamento do ciclo operacional de uma entidade.

CERTO: O ciclo operacional é o intervalo de tempo que tem início quando uma indústria adquire matéria-prima, produz, vende o produto pronto e termina com o recebimento do valor referente à venda. É o período que **permite classificar um item entre curto e longo prazo**.

Por isso, o capital de giro e o ciclo operacional estão intimamente ligados, já que ciclos operacionais menores proporcionam maiores capitais de giro que, por sua vez, possibilita os maiores retornos sobre os investimentos.

Quanto mais rapidamente o dinheiro gasto retornar, e com lucro, mais rapidamente o investimento inicial do negócio será pago, o que implica em melhores índices para essa empresa.

b) não são relevantes comparativamente às decisões a respeito de compra de máquinas e equipamentos.

ERRADO: São relevantes sim, pois as decisões sobre compra de máquinas e equipamentos podem ser importantes para reduzir o ciclo operacional do negócio e, com isso, aumentar o capital de giro.

c) não envolvem o aspecto de prazos de recebimento dos clientes.

ERRADO: O ciclo operacional é o intervalo de tempo que tem início quando uma indústria adquire matéria-prima, produz, vende o produto pronto e termina com o recebimento do valor referente à venda. Alternativa errada

d) consideradas estáticas todas as outras variáveis, a duração do ciclo operacional não tem relação com o resultado da entidade e com o capital de giro necessário.

ERRADO: Conforme já vimos na alternativa "A", a duração do ciclo operacional tem sim relação com o resultado e com o capital de giro.

e) consideradas estáticas todas as outras variáveis, quanto maior a duração do ciclo operacional, menor o volume de capital de giro necessário.

ERRADO: É o contrário: quanto maior a duração do ciclo operacional, maior o volume de capital de giro necessário.

Gabarito: A.

38. Nos trabalhos de auditoria, o planejamento é a etapa na qual se determinam os objetivos a serem atingidos, definindo-se como, quando e o que deve ser feito para alcançá-los. A Resolução CNJ nº 171/2013 dispõe algumas orientações acerca dessa etapa.

A esse respeito, analise as afirmativas a seguir:

I) A construção de uma visão do objeto auditado pela equipe de auditoria deve ser preliminar na etapa de planejamento.

II) Durante a fase de planejamento é suficiente a avaliação de riscos de processos, pois estes trazem os maiores impactos.

III) Os riscos considerados de baixo impacto poderão ser aceitos, inclusive sem redirecionamento de procedimentos.

IV) Teste e revisão dos formulários, questionários e roteiros de entrevista constituem aspectos básicos na etapa de planejamento da auditoria.

Está correto apenas o que se afirma em:

- a) I e II;
- b) II e IV;
- c) III e IV;
- d) I, II e III;
- e) I, III e IV.

Resolução:

Questão aborda aspectos relevantes acerca do planejamento, segundo a Resolução nº171/CNJ (norma que dispõe sobre as normas técnicas de auditoria, inspeção administrativa e fiscalização a serem aplicadas no âmbito do Poder Judiciário), especificamente capítulo VI dessa norma. Veja:



PLANEJAMENTO DE AUDITORIA

Art. 20. O desenvolvimento do processo de auditoria compreende as atividades de planejamento, execução, comunicação dos resultados e monitoramento dos trabalhos.

Art. 21. O planejamento é a etapa na qual se determinam os objetivos a serem atingidos, definindo-se como, quando e o que deve ser feito para alcançá-los, podendo ser estratégico e/ou operacional.

Art. 22. O Planejamento Estratégico consiste na definição das ações de controle que serão implementadas durante determinado período, levando-se em conta os pontos críticos e frágeis capazes de impactar a execução e os resultados de determinado(s) programa(s) desenvolvidos(s) ou em desenvolvimento.

Art. 23. O Planejamento Operacional conterá o modo de execução dos trabalhos, que compreende a especificação do foco da investigação, a seleção das ações e dos aspectos que serão abordados e os procedimentos e técnicas a serem empregados.

Art. 24. Durante a fase de planejamento, deve-se efetuar a avaliação do risco destinado a identificar áreas, sistemas e processos relevantes a serem examinados e são classificados em:

I – Risco humano (erro não-intencional; qualificação; fraude);

II – Risco de processo (modelagem; transação; conformidade; controle técnico); e

III – risco tecnológico (equipamentos; sistemas; confiabilidade da informação).

Art. 25. Os riscos de alto impacto, que apresentarem alta probabilidade de ocorrência, merecerão imediatas medidas saneadoras. **Os riscos considerados de baixo impacto poderão ser aceitos e monitorados, com ou sem redirecionamento de condutas/procedimentos. [item III]**

Art. 26. O titular do controle interno deve assegurar que o tempo disponível para a fase de planejamento seja suficiente para a consecução dos objetivos, de forma a garantir os seguintes aspectos básicos:

I – Nível de detalhamento suficiente, de modo a maximizar a relação entre o provável benefício da auditoria e o seu custo total;

II – obtenção e análise das informações disponíveis e necessárias sobre o objeto auditado, inclusive quanto aos sistemas informatizados e aos controles internos a ele associados;

III – suficiente discussão, no âmbito da equipe de auditoria e entre esta e o supervisor, a respeito da definição do escopo, dos procedimentos e técnicas a serem utilizados; e

IV – **Teste e revisão dos formulários, questionários e roteiros de entrevista, a serem utilizados na fase de execução. [item IV]**

Art. 27. **A equipe de auditoria deve, preliminarmente, na fase de planejamento, construir uma visão do objeto a ser auditado, conforme instruções a serem estabelecidas. [item I]**

Ao realizar o cotejo entre os itens da questão e norma, concluímos que apenas o "II" está errado, porque durante a fase de planejamento há outros riscos que devem ser considerados – humano e tecnológico – e não somente o de processo.

Gabarito: E.

39. A NBC TA 240, que trata da Responsabilidade do Auditor em relação à fraude, no contexto da Auditoria das Demonstrações Contábeis, estabelece quais são os objetivos do auditor. De acordo com esta NBC, encontram-se entre os objetivos do auditor

a) reparar, sempre que possível, distorções relevantes nas demonstrações contábeis, decorrentes de fraudes, minimizando as consequências para a empresa.

b) identificar e avaliar os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, decorrente de fraude, bem como responder adequadamente face à fraude ou à suspeita de fraude identificada durante a auditoria.



- c) comunicar ao Ministério Público distorções relevantes nas demonstrações contábeis, decorrentes de fraudes, e, tratando-se de instituição ligada ao mercado de valores mobiliários, solicitar, justificadamente, a atuação da Comissão de Valores Mobiliários (CVM).
- d) responder adequadamente face à fraude ou à suspeita de fraude identificada em relação a tributos não lançados ou não pagos, exceto quanto àqueles devidos na qualidade de responsável ou substituto tributário, comunicando o fato à Fazenda Pública interessada.
- e) obter evidências de auditoria sobre os riscos identificados de distorção relevante e decorrente de fraude, comunicando o resultado da auditoria ao Banco Central do Brasil, em prazo não superior a 30 dias, quando se tratar de evidências obtidas junto a instituições financeiras.

Resolução:

Questão aborda os objetivos específicos do auditor quanto à sua responsabilidade em relação à fraude. Segundo a NBC TA 240(R1):

10. Os objetivos do auditor são:

- (a) **identificar e avaliar os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis decorrente de fraude;**
- (b) obter evidências de auditoria suficientes e apropriadas sobre os riscos identificados de distorção relevante decorrente de fraude, por meio da definição e implantação de respostas apropriadas; e
- (c) **responder adequadamente face à fraude ou à suspeita de fraudes identificada durante a auditoria.**

Cabe ressaltar que a principal responsabilidade pela prevenção e detecção da fraude é dos responsáveis pela governança da entidade e da sua administração. Já o auditor que realiza auditoria de acordo com as normas de auditoria é responsável por obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, como um todo, não contêm distorções relevantes, causadas por fraude ou erro. Conforme descrito na NBC TA 200, devido às limitações inerentes da auditoria, há um risco inevitável de que algumas distorções relevantes das demonstrações contábeis podem não ser detectadas, apesar de a auditoria ser devidamente planejada e realizada de acordo com as normas de auditoria.

Gabarito: B.**40. As classes de auditoria variam de acordo com o tratamento que se dá ao objeto da auditoria. Uma das classificações dos trabalhos de auditoria se refere à forma de intervenção, que pode ser interna ou externa.****A partir do entendimento dos objetivos de cada uma dessas classes de trabalho de auditoria,**

- a) o trabalho do auditor é dirigido para assegurar que o sistema contábil e de controle operacional funcionem eficientemente, tanto na auditoria interna quanto na externa.
- b) os escopos do trabalho da auditoria interna e da auditoria externa são definidos por normas que regem os trabalhos de auditoria.
- c) os trabalhos de auditoria interna e de auditoria externa são realizados, em geral, por métodos idênticos.
- d) a auditoria interna realiza um trabalho com processo analítico, enquanto a auditoria externa executa um trabalho sintético.
- e) as bases sobre as quais os exames de auditoria interna e de auditoria externa se assentam são diferentes.

Resolução:

Questão aborda aspectos doutrinários sobre auditoria interna. O quadro a seguir demonstra as diferenças entre auditoria interna e externa. Veja:

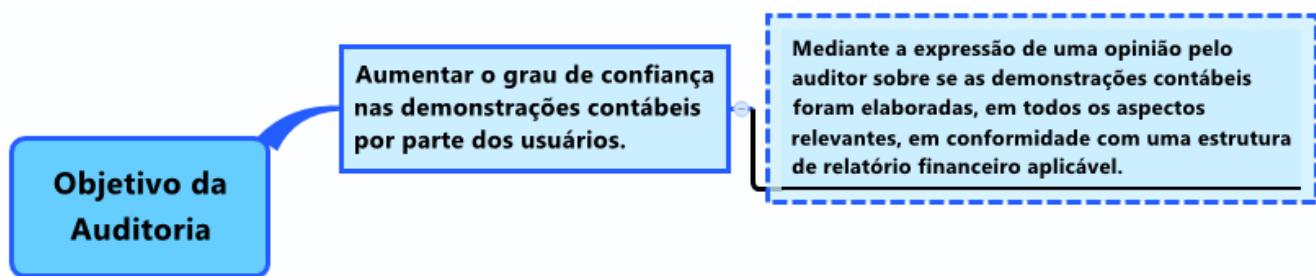
I Diferenças entre Auditoria Interna e Externa		
Elementos	Auditoria Interna	Auditoria Externa
Sujeito	Funcionários da empresa	Profissional independente
Ação e Objetivo	Exames dos controles operacionais	Exame das demonstrações financeiras
Finalidade	Promover melhorias nos controles operacionais	Opinar sobre as demonstrações financeiras
Relatório principal	Recomendações	Relatório
Grau de independência	Menos amplo	Mais amplo
Interessados no trabalho	Empresa	Empresa e público em geral
Responsabilidade	Trabalhista	Profissional, civil e criminal
Continuidade do trabalho	Contínuo	Periódico/Pontual
Tipo de Auditoria	Contábil e operacional	Contábil
Quem exerce a atividades	Contador com registro no CRC	
Documento que produz	Relatório	

Fonte: Auditoria Contábil – Teoria e Prática – Crepaldi (2012) - Adaptado

Analisando cada alternativa:

a) o trabalho do auditor é dirigido para assegurar que o sistema contábil e de controle operacional funcionem eficientemente, tanto na auditoria interna quanto na externa. **Alternativa errada**, porque esse objetivo é somente da auditoria interna. Já o objetivo da **auditoria externa** é emitir uma opinião sobre as demonstrações contábeis, consoante inteligência do item 3 da NBC TA 200. Veja:

3. O objetivo da auditoria é aumentar o grau de confiança nas demonstrações contábeis por parte dos usuários. Isso é alcançado mediante a expressão de uma opinião pelo auditor sobre se as demonstrações contábeis foram elaboradas, em todos os aspectos relevantes, em conformidade com uma estrutura de relatório financeiro aplicável. [...] Esse, certamente, é um dos dispositivos que mais aparece em provas. Segue mapa mental para ajudá-los a memorização.



b) os escopos do trabalho da auditoria interna e da auditoria externa são definidos por normas que regem os trabalhos de auditoria. **Alternativa errada**. Ela está em desconformidade com a posição defendida pela doutrina, porque quem define o escopo ou extensão dos trabalhos do auditor interno é a própria entidade auditada, por meio da gerência.

Segundo Crepaldi:

"extensão dos trabalhos: o escopo dos trabalhos feitos pelo auditor interno normalmente é determinado pela gerência, enquanto a extensão do exame do auditor externo é determinada pelas normas usuais reconhecidas no país ou requeridas pela legislação específicas." [Auditoria Contábil: teoria e prática. 10ª ed. São Paulo: Atlas, 2016, p.32]

c) os trabalhos de auditoria interna e de auditoria externa são realizados, em geral, por métodos idênticos. **Alternativa correta.** Ela está em conformidade com a posição defendida pela doutrina.

Segundo Crepaldi:

"**métodos**: não obstante as diferenças apontadas, os trabalhos de ambos são efetuados em geral por métodos idênticos. [...]" [Auditoria Contábil: teoria e prática. 10ª ed. São Paulo: Atlas, 2016, p.32]

d) a auditoria interna realiza um trabalho com processo analítico, enquanto a auditoria externa executa um trabalho sintético. **Alternativa errada.** Ela está em desconformidade com a posição defendida pela doutrina, porque o processo utilizado em ambos é analítico e as técnicas se assemelham. (essa é uma das semelhanças entre auditoria interna e externa).

Segundo Crepaldi:

"Comparando-se os dois tipos de auditoria, podem-se traçar características marcantes:

[...]

Processo utilizado em ambas é o analítico e as técnicas assemelham-se

As bases em que se assentam os exames são as mesmas: a escrituração, os documentos e os controles; [...]" [Auditoria Contábil: teoria e prática. 10ª ed. São Paulo: Atlas, 2016, p.34]

e) as bases sobre as quais os exames de auditoria interna e de auditoria externa se assentam são diferentes. **Alternativa errada.** Ela está em desconformidade com a posição defendida pela doutrina, porque essas bases são as mesmas: a escrituração, os documentos e os controles. (essa é uma das semelhanças entre auditoria interna e externa).

Segundo Crepaldi:

"Comparando-se os dois tipos de auditoria, podem-se traçar características marcantes:

[...]

Processo utilizado em ambas é o analítico e as técnicas assemelham-se

As bases em que se assentam os exames são as mesmas: a escrituração, os documentos e os controles; [...]" [Auditoria Contábil: teoria e prática. 10ª ed. São Paulo: Atlas, 2016, p.34]

Gabarito: C.

41. A NBC PP 01 – Perito Contábil apresenta diversos termos e os conceitos atribuídos a cada um.

À luz da referida norma, e marque V para as afirmativas verdadeiras e F para as falsas.
 () Perito oficial: é nomeado pelo juiz, árbitro, autoridade pública ou privada para exercício da perícia contábil.

() Perito-assistente: é o contador, regularmente registrado em Conselho Regional de Contabilidade, que exerce a atividade pericial de forma pessoal, devendo ser profundo conhecedor, por suas qualidades e experiências, da matéria periciada.

() Perito do juízo: é o investido na função por lei e pertencente a órgão especial do Estado destinado, exclusivamente, a produzir perícias e que exerce a atividade por profissão.

() Perito: é o contratado e indicado pela parte em perícias contábeis.

A sequência está correta em

- a) F, F, F, F.
- b) V, F, V, F.
- c) F, V, F, V.



d) F, V, V, V.

Resolução:

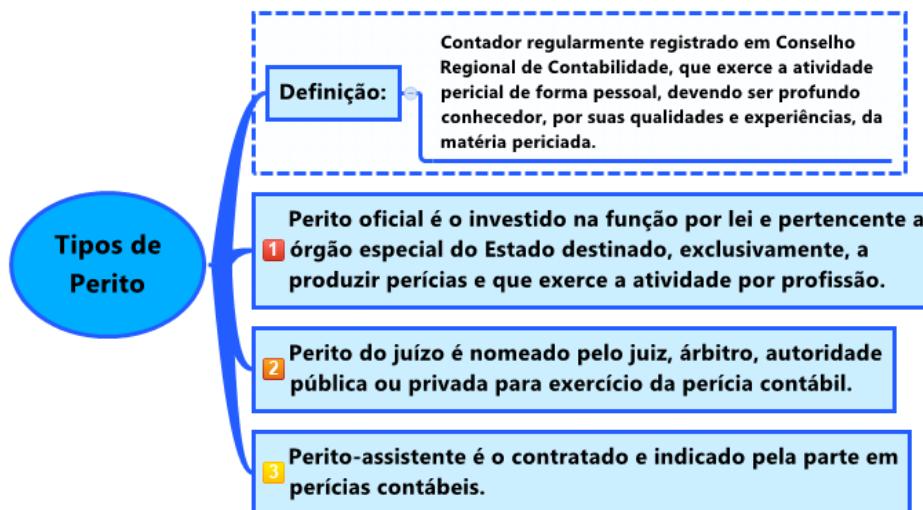
Questão aborda os tipos de peritos previstos na NBC PP 01.

Perito é o contador regularmente registrado em Conselho Regional de Contabilidade, que exerce a atividade pericial de forma pessoal, devendo ser profundo conhecedor, por suas qualidades e experiências, da matéria periciada. Tipos:

a) **Perito oficial** é o investido na função por lei e pertencente a órgão especial do Estado destinado, exclusivamente, a produzir perícias e que exerce a atividade por profissão.

b) **Perito do juízo** é nomeado pelo juiz, árbitro, autoridade pública ou privada para exercício da perícia contábil.

c) **Perito-assistente** é o contratado e indicado pela parte em perícias contábeis.



Analisando os itens:

(F) Perito oficial: é nomeado pelo juiz, árbitro, autoridade pública ou privada para exercício da perícia contábil. Refere-se ao perito do juízo.

(F) Perito-assistente: é o contador, regularmente registrado em Conselho Regional de Contabilidade, que exerce a atividade pericial de forma pessoal, devendo ser profundo conhecedor, por suas qualidades e experiências, da matéria periciada. Refere-se ao perito de maneira geral.

(F) Perito do juízo: é o investido na função por lei e pertencente a órgão especial do Estado destinado, exclusivamente, a produzir perícias e que exerce a atividade por profissão. Refere-se ao perito oficial.

(F) Perito: é o contratado e indicado pela parte em perícias contábeis. Refere-se ao perito-assistente.

Gabarito: A.

42. De acordo com a NBC TP 01 – Norma Técnica de Perícia Contábil, o Termo de Diligência é o instrumento por meio do qual o Perito

- solicita quaisquer informações necessárias à elaboração do laudo pericial.
- apresenta o resultado final de seu trabalho pericial.
- apresenta sua proposta de trabalho, juntamente com o orçamento estimativo.
- exime-se da responsabilidade de atestar fatos diversos dos analisados, que são dados como incontroversos.
- compromete-se a cumprir as normas de contabilidade.

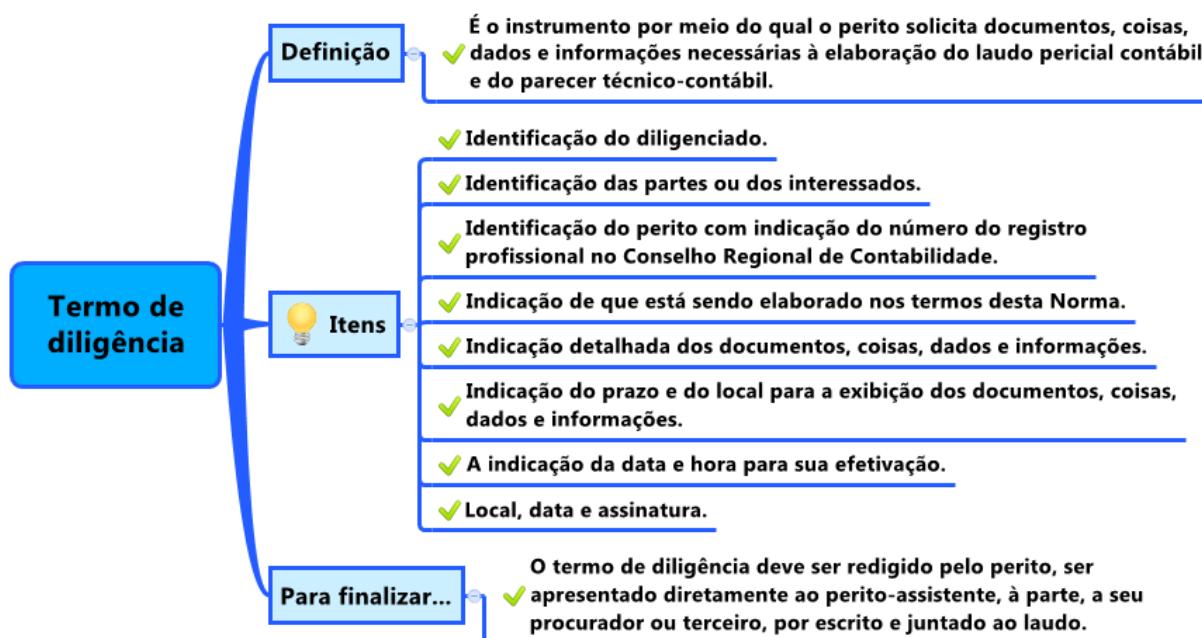
Resolução:

Questão aborda a definição de termo de diligência conforme a NBC TP 01. Veja:

TERMO DE DILIGÊNCIA

49. Termo de Diligência é o instrumento por meio do qual o perito solicita documentos, coisas, dados, bem como quaisquer informações necessárias à elaboração do laudo pericial contábil ou parecer pericial contábil.

Segue mapa mental contendo um resumo sobre o Termo de Diligência:

**Gabarito: A.**

43. Os fundamentos da perícia contábil são um dos meios de prova que se utilizam para identificar, no processo judicial ou arbitral, os aspectos essenciais à formação de uma decisão e sentenças. Um dos fundamentos é a objetividade.

Em relação ao assunto, informe se é verdadeiro (V) ou falso (F) o que se afirma a seguir e assinale a alternativa com a sequência correta.

() Afasta os critérios de juízo de valor, prevalecendo o juízo de realidade científica contábil.

() É um conjunto de dados estatísticos, oriundos da ideologia da contabilidade, como os princípios contábeis e convenções, aplicados pelo cientista contábil e desenvolvido pelos professores doutores.

() Implica em uma longa exposição das ideias, utilizando o máximo de palavras possível.

- F – V – F.
- V – F – F.
- V – V – F
- F – F – F.
- F – F – V.

Resolução:

Questão aborda aspectos específico acerca de um dos requisitos do laudo pericial - a **objetividade**. O laudo pericial contábil é a peça escrita na qual o perito contador expressa sua opinião a respeito de eventos e fatos submetidos à sua apreciação, e este deve ser elaborado com objetividade, rigor científico, concisão, argumentação e clareza, além de citações de dispositivos

legais, assim ele será considerado de boa qualidade e auxiliará o magistrado, podendo ser muito relevante para a sentença, dando apoio técnico científico para que o juiz chegue à justa resolução do conflito de interesses, proferindo a justa sentença.

Analizando cada item:

(V) Afasta os critérios de juízo de valor, prevalecendo o juízo de realidade científica contábil. **Item verdadeiro.** Segundo a doutrina, o perito jamais deve expressar sua opinião pessoal no laudo, nem tampouco ser subjetivo, nunca dando respostas vagas ou imprecisas em seu laudo e devendo abolir dele expressões como "a parte x deve ser a vencedora da lide" ou "eu acho que", ou ainda "me parece que". Primeiramente, quem vai tomar a decisão da parte vencedora ou perdedora é o magistrado, e não o perito. O laudo serve apenas para orientar a opinião do magistrado, dando-lhe apoio técnico e científico, com provas objetivas para a justa resolução do conflito de interesses. Dessa forma, concluímos que o uso de método científico cria condições de segurança ao perito, afasta juízo de valor, já que a opinião passa a ser de juízo científico.

(F) É um conjunto de dados estatísticos, oriundos da ideologia da contabilidade, como os princípios contábeis e convenções, aplicados pelo cientista contábil e desenvolvido pelos professores doutores. **Item falso.** A objetividade significa que o perito deve sempre ter exatidão nas suas respostas e conclusões, executando os cálculos e afirmações com rigor científico.

(F) Implica em uma longa exposição das ideias, utilizando o máximo de palavras possível. **Item falso.** Seu objetivo implica em uma exposição curta, utilizando o menor número de palavras possível.

Gabarito: B.

44. Com base no Código de Ética Profissional, o profissional de contabilidade deve fixar previamente o valor do serviço por contrato escrito, em que alguns elementos deverão ser considerados. Conforme o exposto, analisar os itens abaixo:

I - O tempo que será consumido para a realização do serviço.

II - Se o cliente é habitual, eventual ou permanente.

- a) Os itens I e II estão corretos.
- b) Somente o item I está correto.
- c) Somente o item II está correto.
- d) Os itens I e II estão incorretos.

Resolução:

Veja o que diz o Código de Ética Profissional do Contabilista:

6. *O contador deve estabelecer, por escrito, o valor dos serviços em suas propostas de prestação de serviços profissionais, considerando os seguintes elementos:*

(a) a relevância, o vulto, a complexidade, os custos e a dificuldade do serviço a executar;

(b) o tempo que será consumido para a realização do trabalho; (ITEM I)

(c) a possibilidade de ficar impedido da realização de outros serviços;

(d) o resultado lícito favorável que, para o contratante, advirá com o serviço prestado;

(e) a peculiaridade de tratar-se de cliente eventual, habitual ou permanente; (ITEM II)

7. *o local em que o serviço será prestado.*

Ambos os itens deverão ser analisados para definição do preço a ser cobrado.

Gabarito: A.

45. A transgressão de preceito do Código de Ética Profissional constitui infração ética, sancionada, segundo a gravidade, com a aplicação de uma das seguintes penalidades:

I. Advertência reservada.



II. Advertência pública.**III. Censura reservada.****IV. Censura pública.****Estão CORRETOS:**

- a) Somente os itens I e II.
- b) Somente os itens II e IV.
- c) Somente os itens I, III e IV.
- d) Todos os itens.

Resolução:

Veja o que diz o Código de Ética dos Contabilistas:

19. A transgressão de preceito desta Norma constitui infração ética, sancionada, segundo a gravidade, com a aplicação de uma das seguintes penalidades:

- (a) advertência reservada; (**ITEM I**)
- (b) censura reservada; ou (**ITEM II**)
- (c) censura pública. (**ITEM III**)

Apenas o item II (advertência pública) não consta no rol acima.

Gabarito: C.**46. No Balanço Patrimonial, salvo algumas exceções, as contas do Ativo têm saldo _____ e as contas do passivo tem saldo _____.**

- a) Positivo - negativo.
- b) Credor - devedor.
- c) Negativo - positivo.
- d) Devedor - credor.

Resolução:

Questão sobre as contas contábeis. Ao se lançar uma conta, temos que saber a "natureza" dessa conta, isto é: se esta conta aumenta com o débito ou se aumenta com o crédito

Chamamos de **contas devedoras** aquelas que aumentam com o **débito**, e **contas credoras** aquelas que aumentam com o **crédito**. Contudo, **não devemos confundir** "débito" e "crédito" com o sentido utilizado no cotidiano ou na seara jurídica. "débito" e "crédito" são apenas **convenções usadas na contabilidade** para que seja possível realizar o lançamento.

Podemos definir o seguinte:

Contas Devedoras (aumentam com o débito e reduzem com o crédito)	Contas Credoras (aumentam com o crédito e reduzem com o débito)
Ativo	Passivo
Despesa (*)	Patrimônio Líquido
Retificadoras do Passivo	Receita (*)
Retificadoras do Patrimônio Líquido	Retificadoras do Ativo

(*) **Receita e Despesa** são contas de resultado, dessa forma, elas são contas unilaterais: recebem somente lançamento referentes a sua natureza e são encerradas no final do exercício.

Portanto, podemos afirmar que as contas do Ativo tem saldo **devedor** e as contas do passivo tem saldo **credor**.

Gabarito: D.

47. De acordo com a ITG 2000 (R1) – Escrituração Contábil, assinale a opção CORRETA relacionada com o uso das contas de compensação na escrituração contábil.

- a) As contas de compensação têm uso obrigatório para demonstrar os prejuízos existentes em operações de crédito.
- b) As contas de compensação só têm uso obrigatório quando determinado por ato de órgão regulador.
- c) As contas de compensação têm uso obrigatório em qualquer situação.
- d) As contas de compensação têm uso facultativo ainda que seu uso seja determinado pelo órgão regulador.

Resolução:

Questão sobre contas de compensação. De acordo com a ITG 2000 (R1), as **contas de compensação** constituem **sistema próprio** para controle e registro dos fatos relevantes que resultam em assunção de direitos e obrigações da entidade **cujos efeitos materializar-se-ão no futuro** e que possam se traduzir em modificações no patrimônio da entidade.

Exceto quando de uso mandatório por ato de órgão regulador, a escrituração das contas de compensação **não é obrigatória**. Nos casos em que não forem utilizadas, a entidade deve assegurar-se que possui outros mecanismos que **permitam acumular as informações** que de outra maneira estariam controladas nas contas de compensação.

Portanto, podemos afirmar que, como regra, as contas de compensação são **facultativas**. No entanto, as contas de compensação podem ter **uso obrigatório** quando determinado por ato de **órgão regulador**.

Gabarito: B.

48. Quando da suspensão ou da interrupção do contrato de trabalho, não há a prestação de serviços para o empregador. Um contador responsável pelas rotinas trabalhistas de determinada empresa sabe que, em linhas gerais, na interrupção do contrato de trabalho, o empregado continua recebendo sua remuneração e há a contagem do tempo de serviço, o que não ocorre no caso de suspensão do contrato. Neste contexto, as seguintes hipóteses são de interrupção de contrato de trabalho para um empregado, EXCETO:

- a) Afastamento para exercício de cargo público.
- b) Necessidade de o empregado comparecer a juízo.
- c) Licença de três dias consecutivos, em virtude de casamento.
- d) Doação voluntária de sangue devidamente comprovada, por um dia, em cada doze meses de trabalho.

Resolução:

Embora a maioria das hipóteses esteja no rol do art. 473 da CLT, é possível que outras legislações as prevejam. Em provas, as bancas focam mesmo é na CLT.

Art. 473 - O empregado poderá deixar de comparecer ao serviço sem prejuízo do salário:

II - até 3 (três) dias consecutivos, em virtude de casamento;

IV - por um dia, em cada 12 (doze) meses de trabalho, em caso de doação voluntária de sangue devidamente comprovada;

VIII - pelo tempo que se fizer necessário, quando tiver que comparecer a juízo.

Lembre-se das recentes hipóteses incluídas no art. 473 da CLT.

X - até 2 (dois) dias para acompanhar consultas médicas e exames complementares durante o período de gravidez de sua esposa ou companheira.

XI - por 1 (um) dia por ano para acompanhar filho de até 6 (seis) anos em consulta médica.

XII - até 3 (três) dias, em cada 12 (doze) meses de trabalho, em caso de realização de exames preventivos de câncer devidamente comprovada. *(Incluído pela Lei nº 13.767, de 2018)*

a) Afastamento para exercício de cargo público.

INCORRETA: Aqui se enquadram os afastamentos **mais longos**, como mandato eletivo ou cargo de direção. Essas hipóteses não se confundem com aqueles de curto período, configurados como de interrupção, por exemplo, júri, comparecimento em juízo e serviço eleitoral.

Art. 483

§ 1º - **O empregado poderá suspender a prestação dos serviços ou rescindir o contrato, quando tiver de desempenhar obrigações legais, incompatíveis com a continuação do serviço.**

Perceba pelo disposto no § 1º acima, que **cabe ao EMPREGADO decidir pela suspensão ou extinção do contrato**, é ato facultativo. Para que o empregado retorne ao mesmo cargo é necessário **notificar** o empregador até 30 dias do término do encargo.

b) Necessidade de o empregado comparecer a juízo.

CORRETA: é período estipulado **pelo tempo necessário**, correspondem às hipóteses de caráter educacional, para o ingresso no ensino **superior** e de encargo público ou privado, por curto prazo de afastamento, como comparecer a juízo.

c) Licença de três dias consecutivos, em virtude de casamento.

CORRETA: A interrupção decorrente do **casamento** é conhecida por licença **de gala**.

d) Doação voluntária de sangue devidamente comprovada, por um dia, em cada doze meses de trabalho.

CORRETA: Quanto à interrupção para doação de sangue se conta sempre **12 meses de trabalho** e não da última doação. O prazo de um dia justifica-se porque não é recomendado ao doador realizar grandes esforços físicos no dia da doação além, é claro, de ato altruísta.

Gabarito: A.

49. O capital que precisa ser investido durante três meses com uma taxa mensal de 2%, para que produza um juro simples de R\$ 60,00, é:

- R\$ 1.000,00.
- R\$ 500,00.
- R\$ 250,00.
- R\$ 125,00.
- R\$ 100,00.

Resolução:

Pessoal, para calcularmos o **valor dos juros** numa aplicação a **juros simples**, temos a seguinte fórmula:

$$J = C \times i \times n$$

Onde:

- JJ = valor dos juros;
- CC = Capital (valor inicial da aplicação);
- ii = taxa de juros (sempre em decimais);
- nn = tempo (mesma unidade da taxa) ...

Oras, o valor dos juros é J=60reais, queremos saber o capital C=?... A taxa da aplicação foi i=2% a.m.=2/100=0,02 e o tempo foi n=3meses... Então, substituindo os valores na fórmula do valor dos juros, teremos:



$$60 = C \times 0,02 \times 3$$

$$60 = C \times 0,06$$

$$C = 60 / 0,06$$

$$C = 1.000 \text{ reais}$$

Gabarito: A.**50.**

O despreparo da geração mais preparada

A crença de que a felicidade é um direito tem tornado despreparada a geração mais preparada. Preparada do ponto de vista das habilidades, despreparada porque não sabe lidar com frustrações. Preparada porque é capaz de usar as ferramentas da tecnologia, despreparada porque despreza o esforço. Preparada porque conhece o mundo em viagens protegidas, despreparada porque desconhece a fragilidade da matéria da vida. E por tudo isso sofre, sofre muito, porque foi ensinada a acreditar que nasceu com o patrimônio da felicidade. E não foi ensinada _____ criar _____ partir da dor.

Há uma geração de classe média que estudou em bons colégios, é fluente em outras línguas, viajou para o exterior e teve acesso à cultura e à tecnologia. Uma geração que teve muito mais do que seus pais. Ao mesmo tempo, cresceu com a ilusão de que a vida é fácil. Ou que já nascem prontos – bastaria apenas que o mundo reconhecesse a sua genialidade.

Tenho me deparado com jovens que esperam ter no mercado de trabalho uma continuação de suas casas – onde o chefe seria um pai ou uma mãe complacente, que tudo concede. Foram ensinados a pensar que merecem, seja lá o que for que queiram. E quando isso não acontece – porque obviamente não acontece – sentem-se traídos, revoltam-se com a “injustiça” e boa parte se embrarra e desiste.

Como esses estreantes na vida adulta foram crianças e adolescentes que ganharam tudo, sem ter de lutar por quase nada de relevante, desconhecem que a vida é construção – e para conquistar um espaço no mundo é preciso ralar muito. Com ética e honestidade – e não a cotoveladas ou aos gritos. Como seus pais não conseguiram dizer, é o mundo que anuncia a eles que: viver é para os insistentes.

Por que boa parte dessa nova geração é assim? Penso que este é um questionamento importante para quem está educando uma criança ou um adolescente hoje. Nossa época tem sido marcada pela ilusão de que a felicidade é uma espécie de direito. E tenho testemunhado a angústia de muitos pais para garantir que os filhos sejam “felizes”. Pais que fazem malabarismos para dar tudo aos filhos e protegê-los de todos os perrengues – sem esperar nenhuma responsabilização nem reciprocidade.

Nossa classe média parece desprezar o esforço. Prefere a genialidade. O valor está no dom, naquilo que já nasce pronto. Dizer que “fulano é esforçado” é quase uma ofensa. Ter de dar duro para conquistar algo parece já vir assinalado com o carimbo de perdedor. Bacana é o cara que não estudou, passou a noite na balada e foi aprovado no vestibular de Medicina. Este atesta a excelência dos genes de seus pais. Esforçar-se é, no máximo, coisa para os filhos da classe C, que ainda precisam assegurar seu lugar no país.

Da mesma forma que supostamente seria possível construir um lugar sem esforço, existe a crença não menos fantasiosa de que é possível viver sem sofrer. De que as dores inerentes a toda vida são uma anomalia e, como percebo em muitos jovens, uma espécie de traição ao futuro que deveria estar garantido. Pais e filhos têm pagado caro pela crença de que a felicidade é um direito. E a frustração um fracasso. Talvez aí esteja uma pista para compreender a geração do “eu mereço”.

Assim como em “Por que boa parte dessa nova geração é assim?” (5ºS) o uso do “por que” está de acordo com a norma padrão da língua em:

- a) A reunião foi suspensa por que?
- b) Esse é o motivo por que me atrasei.
- c) Ninguém conhece o porquê de tal decisão.



- d) Não estarei presente por que já tenho um compromisso.

Resolução:

A frase “**Por que** boa parte dessa nova geração é assim?” é uma pergunta direta. Nela, o uso do “por que” está de acordo com a norma padrão da língua, pois essa palavra deve ser escrita **separada e sem acento no início de perguntas diretas**.

LETRA "A"-ERRADA. A reunião foi suspensa **por que?**

CORREÇÃO: A reunião foi suspensa **por quê?**

A frase “A reunião foi suspensa por que?” é uma pergunta direta. Nela, o uso do “por que” está em desacordo com a norma padrão da língua, já que essa palavra deve ser escrita **separada e com acento no final de perguntas diretas**.

LETRA "B"-CORRETA. Esse é o motivo **por que** me atrasei.

Na frase “Esse é o motivo por que me atrasei”, “por que” **pode ser substituído por “pelo qual”**. Quando isso ocorre, essa palavra deve ser escrita **separada e sem acento**.

LETRA "C"-ERRADA. Ninguém conhece o **por que** de tal decisão.

CORREÇÃO: Ninguém conhece o **porquê** de tal decisão.

Na frase “Ninguém conhece o porquê de tal decisão.”, a palavra “porquê” está antecedida de artigo definido “o”. Quando isso ocorre, ela é um **substantivo** e deve ser escrita **junta e com acento**.

LETRA "D"-ERRADA. Não estarei presente **por que** já tenho um compromisso.

CORREÇÃO: Não estarei presente **porque** já tenho um compromisso.

Na frase “Não estarei presente por que já tenho um compromisso.”, a palavra “porquê” introduz uma oração coordenada explicativa. Quando isso ocorre, ela é uma **conjunção coordenativa explicativa** e deve ser escrita **junta e sem acento**.

Gabarito: B.